

4

Análise dos Dados

4.1

Grau de Parentesco

Ao elaborarmos as questões “o que é parente de 1º grau?”; “o que é parente de 2º grau?” e “o que é parente de 3º grau?”, buscamos verificar como o brasileiro determina os graus de parentesco entre os componentes de suas famílias. Observamos que nenhum informante se sentiu confortável em oferecer definições a respeito do grau de parentesco e todos optaram por dizer quem são os seus parentes de 1º, 2º e 3º grau, o que não era o objetivo das perguntas.

Ao questionarmos os informantes sobre quem são os parentes de primeiro grau, encontramos as seguintes respostas, como vemos no gráfico 1: 50% dos informantes responderam que é a mãe; 50%, os primos; 48%, os irmãos; 45%, o pai; 30%, os tios; 18%, os avós; 10%, os filhos; 7,5% responderam que não há grau de parentesco e 2,5%, o cônjuge. Ressaltamos que os valores relacionados aos parentes de 1º, 2º e 3º grau não somam 100%, pois como as respostas foram abertas, cruzamos a frequência de parentes relacionadas à quantidade de informantes.

Podemos observar então que, nem todos os informantes reconhecem os genitores, irmãos e filhos como parentes de primeiro grau e, além disso, apenas 10% dos informantes definem sua relação de parentesco com seus filhos como de primeiro grau, embora tenhamos questionado 12 informantes com filhos, que correspondem a 30% do total de informantes. Outro dado em evidência é o percentual de informantes que empregaram os primos para darem exemplos de relações de parentesco de primeiro grau.

Termos encontrado baixo percentual de informantes definindo o grau de parentesco com seus pais como de primeiro grau é surpreendente, mesmo que, durante a aplicação do questionário, os informantes tenham sido indagados sobre o grau de parentesco dos genitores, quando não davam respostas incluindo seus pais em um dos três graus, como podemos ver no fragmento da transcrição sobre o

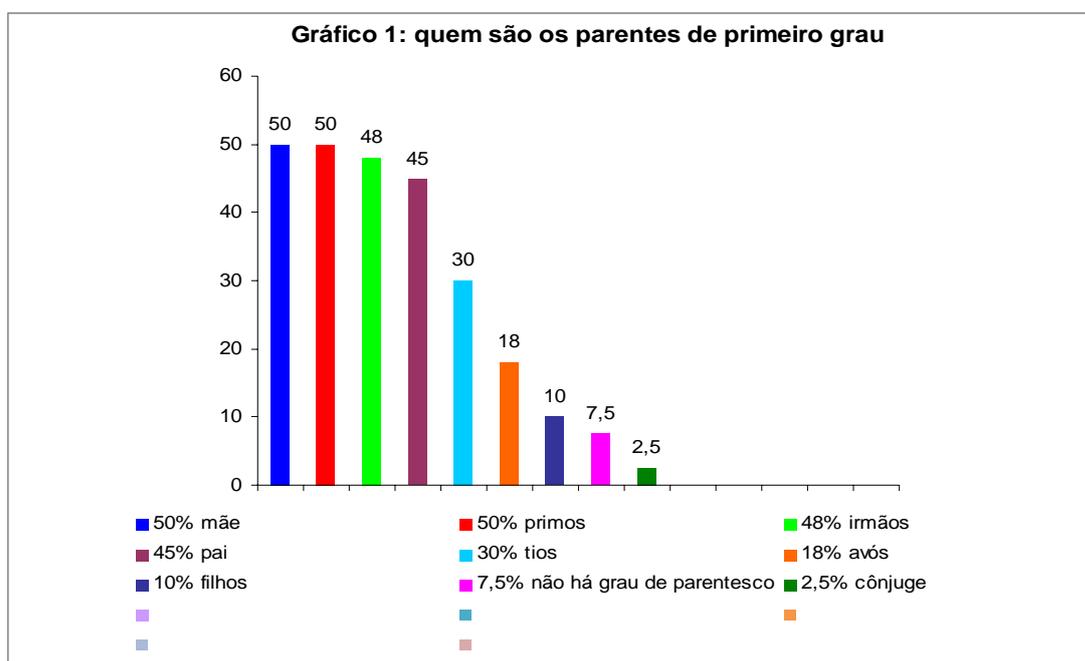
informante 5, abaixo. Com base nestes dados, podemos concluir que os graus de parentesco são vistos pela sociedade brasileira como diferenciadores quanto ao distanciamento (Wierzbicka, 1991: 108) relacionado aos elos sociais e afetivos e não consangüíneos.

P: essa pergunta é dividida em três partes ... você tem que me responder o que é para você parente de primeiro, de segundo e de terceiro grau, ok?

I5: o de primeiro é primos das minhas tias. De segundo é as irmãs da avó. De terceiro é primo dos primos.

P: e teus pais?

I5: pais não têm grau.

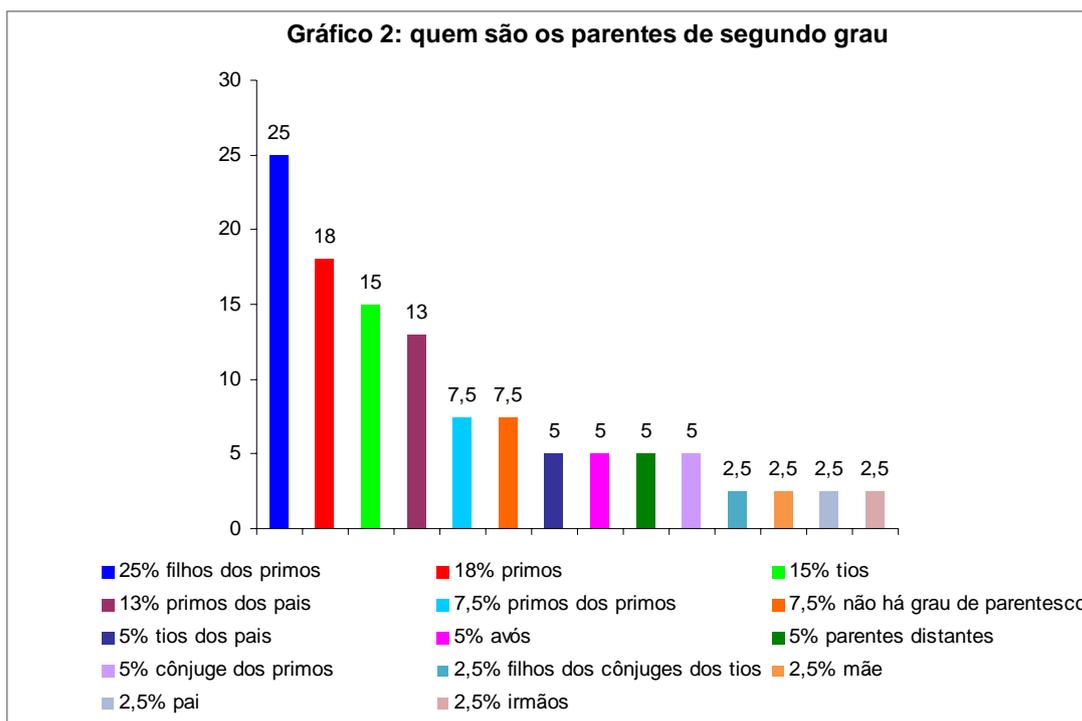


Os informantes ao responderem sobre parentes de segundo grau, ofereceram as seguintes respostas que podemos ver no gráfico 2 abaixo: 25% afirmam que são os filhos dos primos; 18%, os primos; 15%, os tios; 13%, os primos dos pais; 7,5%, os primos dos primos; 7,5% respondem que não há diferenciação quanto ao grau de parentesco; 5%, os tios dos pais; 5%, os avós; 5%, os parentes distantes; 5%, os cônjuges dos primos; 2,5% os filhos dos cônjuges dos tios; 2,5%, o pai; 2,5% a mãe e 2,5% os irmãos.

Ressaltamos que os percentuais relacionados aos pais e aos irmãos correspondem à resposta do informante 6, que apresenta como seus parentes de primeiro grau seus filhos e seu cônjuge, vale destacar que, este também é o único informante que apresenta seu cônjuge como parente de primeiro grau.

Com relação às respostas dos informantes sobre os seus parentes de segundo grau, observamos que há muitas diferenças entre os dados e o estudo etnológico de Morgan (1871 apud FOX, 1972: 50) sobre a árvore genealógica, pois os informantes consideram como seus parentes de segundo grau, os parentes de primeiro e de terceiro grau, além de pessoas com as quais não há relações consangüíneas e fazem parte da família de seus parentes de segundo grau, como os filhos dos cônjuges dos tios e os cônjuges dos primos.

Destacamos que 5% dos informantes afirmam que são seus parentes de segundo grau, os parentes distantes e observamos que esta distância pode ser marcada pela distância consangüínea, por morarem longe um do outro ou por não ter proximidade (Wierzbicka, 1991: 108) com este membro da família. Sobre a relação entre distanciamento e aproximação, um estudo mais detalhado se encontra no item 4.9, em que estudamos a definição de parente distante.



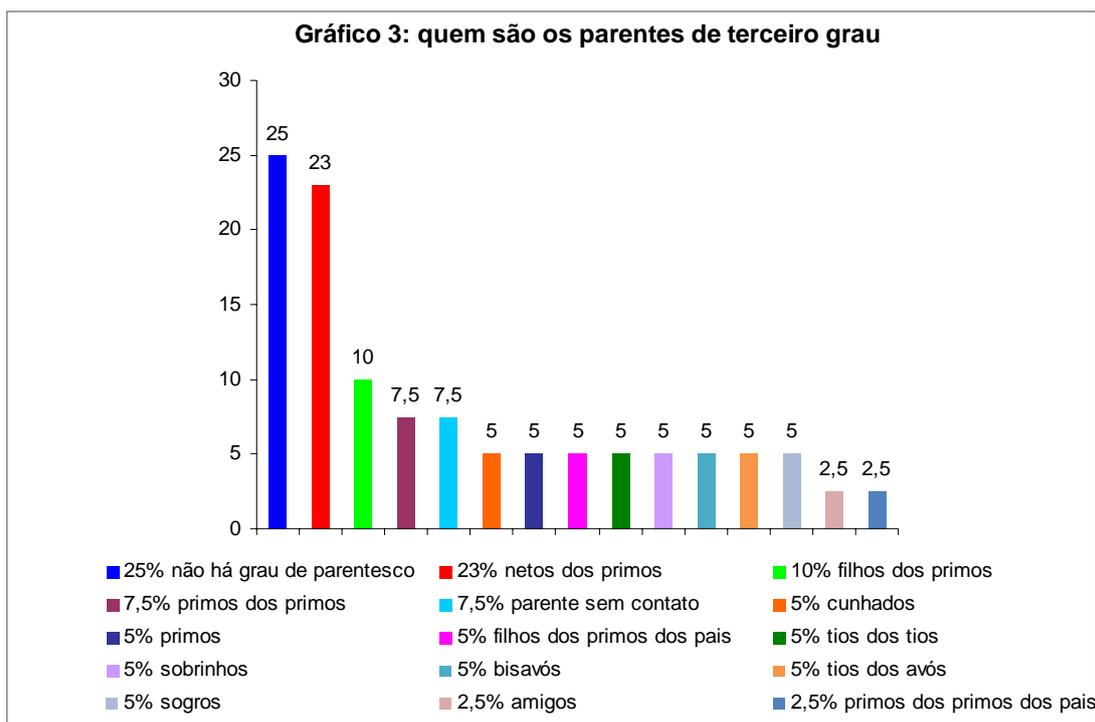
Encontramos como respostas sobre os parentes de terceiro grau os seguintes dados do gráfico 3: 25% acreditam que não existe parente de terceiro grau; 23% afirmam que são os netos dos primos; 10%, os filhos dos primos; 7,5%, os primos dos primos; 7,5%, parentes sem contato; 5%, cunhados; 5%, primos;

5%, filhos dos primos dos pais; 5%, tios dos tios; 5%, sobrinhos; 5%, bisavós; 5%, tios dos avós; 5%, sogros; 2,5% amigos; 2,5%, primos dos primos dos pais.

Observamos que os parentes de terceiro grau assumem uma identificação diferenciada dos parentes de primeiro e de segundo grau, pois os membros inseridos na família brasileira através dos elos de afinidade (Lévi-Strauss, 1973:554), como cunhados e amigos e os membros com os quais não há muita proximidade (Wierzbicka, 1991: 108) estão inseridos neste grau de parentesco. Além disso, podemos observar que os informantes optam por identificar como seus parentes de terceiro grau, membros com os quais possuem relações consangüíneas distantes, como os tios dos tios e netos dos primos, apesar destes membros possuírem outros graus de parentesco.

Podemos observar uma diferença entre as respostas sobre parente de segundo grau e de terceiro grau pelos informantes afirmarem que parentes distantes são de segundo grau, enquanto os parentes com os quais os informantes não mantêm contato afetivo, ou seja, com maior distanciamento (Wierzbicka, 1991: 108) são denominados de parentes de terceiro grau.

Além disso, destacamos a grande quantidade de informantes que negam a existência de parentes de terceiro grau (25%), o que nos faz concluir que os brasileiros definem suas relações de parentesco de acordo com a intensidade das relações afetivas entre os membros da família, isto é, se entre eles há proximidade (Wierzbicka, 1991: 108), há uma inclusão dos membros numa posição superior na hierarquia da família, o que se opõe ao fato de um grande distanciamento (Wierzbicka, 1991: 108) entre os membros, resultar na exclusão dos laços afetivos que identificam o indivíduo como pertencente à sua família.



Para nós, é surpreendente ver que poucos brasileiros percebem o grau de parentesco de acordo com o estudo de Morgan e deste modo, nem determinam como parente de primeiro grau seus pais, filhos e irmãos. Ao compararmos os dados obtidos através das questões sobre parente de primeiro, segundo e terceiro grau, observamos que os informantes expõem mais a questão da proximidade afetiva do que a proximidade biológica com os membros de suas famílias.

Ademais, foi interessante detectarmos durante a aplicação do questionário que os informantes tinham muita dificuldade para responder às questões, primeiramente por não compreenderem que são questões com o objetivo de obter a visão heteroperceptiva e não a auto-perceptiva sobre os graus de parentesco (Barth, 1969 apud Barbosa, 1992). Assim como Fox (1972: 39), compreendemos que o que importa na sociedade brasileira não são os termos relacionados ao grau de parentesco e sim a utilização social que pessoas fazem com as suas definições.

Destacamos que, nas perguntas relacionadas aos parentes de primeiro e segundo grau, temos três informantes que não consideram existente estas distinções, e sobre os parentes de terceiro grau, 10 informantes não consideram como existente esta definição. Além disso, podemos observar através dos dados, que os brasileiros não dão importância à distinção entre os membros de sua família com relação ao grau de proximidade em relação à árvore genealógica e

sim quanto ao grau de proximidade (Wierzbicka, 1991: 108) gerados por afetividade, afinidade e convivência entre os membros e com isso, podemos concluir que a hipótese 5 foi confirmada.

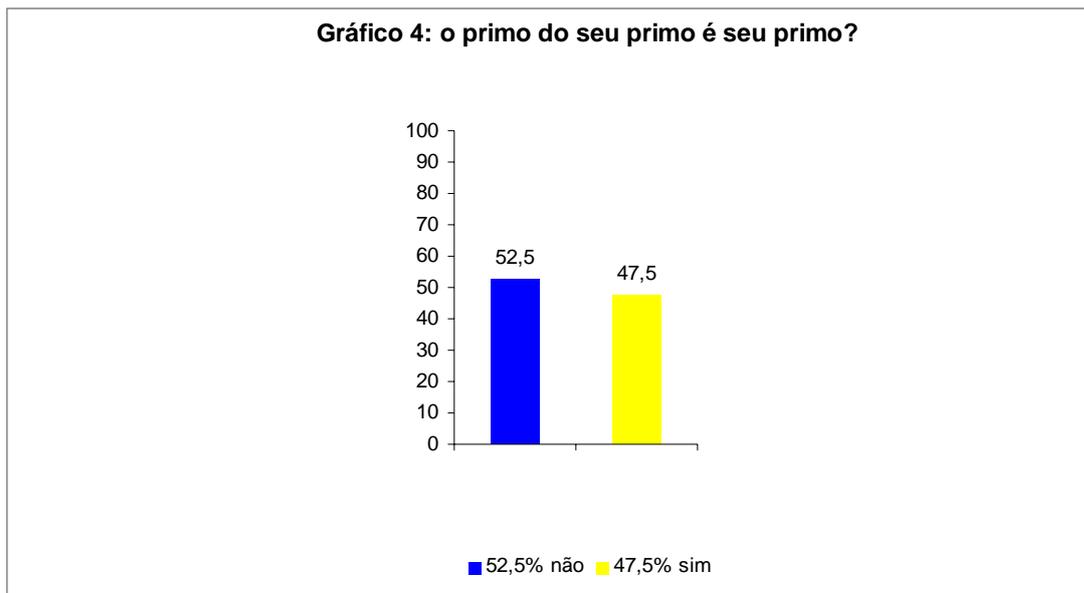
Ainda sobre estes dados, vale ressaltar que, sobre o primeiro e segundo grau de parentesco encontramos todos os informantes que negam a existência dessa diferenciação do sexo masculino e entre os 10 que negam a diferenciação em terceiro grau, 8 são homens, logo podemos concluir então que as mulheres tendem a diferenciar mais os parentes de acordo com graus de parentesco do que os homens.

4.2

O primo do primo é primo?

Ao elaborarmos a questão “O primo do seu primo é seu primo?”, buscamos detectar se, de fato, há na família brasileira um alargamento das relações de parentesco formadas por afinidade (Lévi-Strauss, 1973:554), sem existirem ligações consangüíneas. Outrossim, segundo DaMatta (1997:20) buscamos verificar se há o englobamento da *rua* pelo ambiente da *casa*, fato comprovado através da inclusão dos primos dos primos na família dos informantes.

Como indicamos no gráfico 4, tivemos como resposta os seguintes dados: 47,5% dos informantes afirmam que o primo do primo é primo deles, enquanto 52,5%, negam. Ressaltamos que os percentuais encontrados demonstram que, o grupo de informantes questionados nesta pesquisa se encontra dividido aproximadamente pela metade quanto à inserção dos primos de seus primos em sua família, o que pode evidenciar que a população carioca se divide em dois grupos de percentuais semelhantes sobre a inserção ou não dos primo de seus primos no âmbito de suas famílias.



No perfil dos informantes que consideram como seu primo o primo do primo, encontramos os seguintes percentuais: 52,6% têm entre 15 e 30 anos; 52,6% são mulheres; 63,1% são solteiros; 47,3% têm renda familiar mensal entre R\$2001,00 e R\$4000,00. 47,3% concluíram o ensino médio e 47,3% são católicos. Ressaltamos que 75% dos informantes que concluíram o ensino fundamental e 60% dos informantes com renda familiar mensal entre R\$2001,00 e R\$4000,00 afirmam que consideram o primo do primo como seu primo. Destacamos que a categoria composta por informantes com ensino superior apresenta 53,9% dos seus componentes oferecendo resposta positiva à questão.

Sobre o grupo que não considera como primo o primo do seu primo, destacamos os seguintes percentuais: 57,1% têm idade entre 15 e 30 anos; 52,3% são homens; 80,9% são solteiros; 66,6% concluíram o ensino médio; 28,5%, o ensino superior; 33,3% são moradores da zona sul, 47,6% são católicos e observamos então que, apesar dos informantes estarem divididos em dois grupos distintos por oferecem respostas diferentes sobre o primo do primo ser considerado como seu primo, consideramos os dados relevantes, pois nos indicam que grande percentual da população considera como membro de sua família pessoas com as quais não há relações consanguíneas diretas.

Podemos concluir então que os informantes casados, com renda entre R\$2001,00 e R\$4000,00, que concluíram o ensino fundamental apresentam uma tendência maior para considerar como primos os primos dos primos, enquanto os solteiros, com ensino médio e superior, moradores da zona sul e sem religião

tendem a não considerar. Além disso, é importante ressaltarmos que, as outras categorias de análise apresentam percentuais divididos quase pela metade com relação à questão analisada neste item.

Acreditamos que a inclusão dessas pessoas na família do informante pode ocorrer por elos parentesco formado por afinidade (Lévi-Strauss, 1973:554) que, em consequência criaram proximidade (Wierzbicka, 1991: 108) entre os informantes por conviverem no ambiente da *casa*, o que pode ter levado os 47,5% dos informantes a não perceberem um espaço limítrofe (Porto, 2006:24), entre sua família e a família de seus primos e com isso, considerarem que os elos sanguíneos de seus primos correspondem aos seus.

Para comprovar nossa conclusão da questão analisada sobre o primo do primo ser incluído na família do informante, temos os dados relacionados aos graus de parentesco o qual encontramos no item 4.1, onde temos 7,5% dos informantes afirmando que o primo do primo é considerado como parente de segundo grau e 7,5%, afirmam que o primo do primo é seu parente de terceiro grau.

Deste modo, podemos concluir com base nos dados analisados neste item que nossa segunda hipótese, que corresponde à inclusão de membros na família brasileira com os quais os informantes não possuem relação consanguínea, foi confirmada, assim como no item onde expomos dados relacionados ao emprego de *tio/a*, *irmão/ã* e *primo/a*, com pessoas que pertencem ao ambiente da *rua* e também na análise sobre as percepções da composição da família brasileira.

4.3

Os membros da família brasileira que não são considerados como parentes pelos informantes

Ao trabalharmos com a questão “há alguém de sua família que você não considera como seu parente?”, buscamos descobrir com quais membros da família brasileira os informantes possuem relações de distanciamento (Wierzbicka, 1991: 109), com a finalidade de detectarmos como são mantidas as relações sociais na família brasileira, em particular, entre quais membros as relações apresentam falta de proximidade (Wierzbicka, 1991: 108). Para tanto, ao obtermos respostas

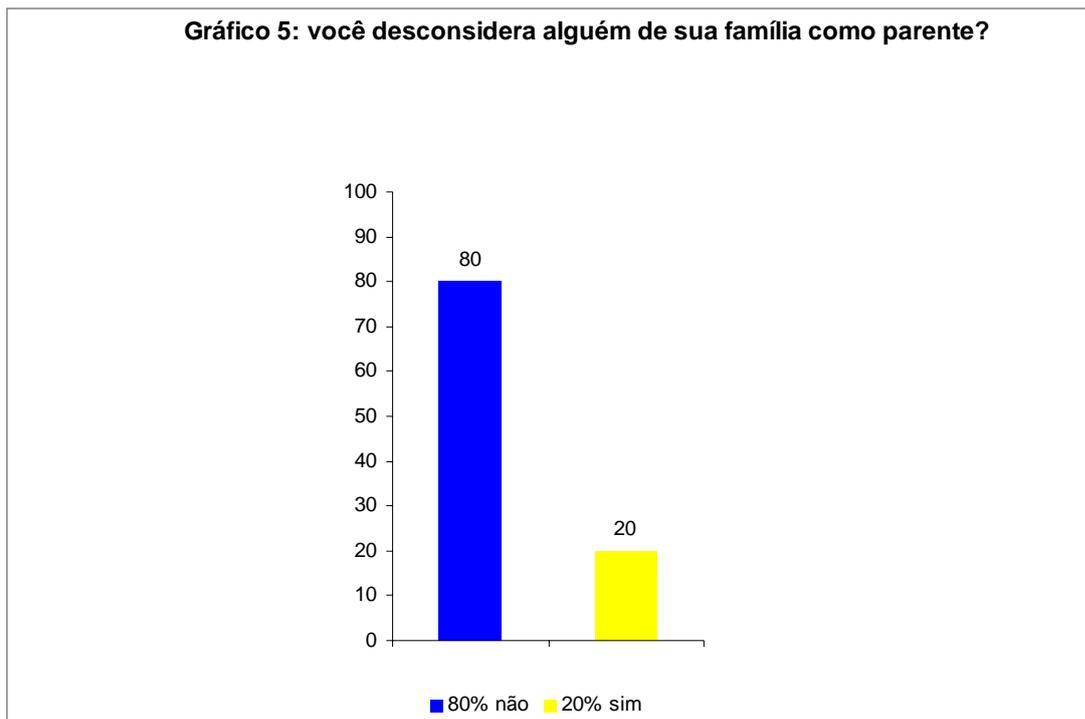
positivas à questão mencionada, perguntamos aos informantes “quais são os membros da família com os quais eles mantêm relações de distanciamento”.

Segundo Wierzbicka (1991: 108), em oposição à proximidade, temos o distanciamento e ambos são etiquetas sociais que variam de nível de prioridade em cada cultura. De acordo com a autora, o distanciamento ocorre quando não há conhecimento interpessoal nem sentimentos interpessoais entre duas pessoas e nesta pesquisa, compreendemos o distanciamento como o fator que pode ocasionar o não reconhecimento dos membros como pertencentes à mesma família, como podemos observar através da análise dos dados obtidos.

Assim como o antropólogo Lévis-Strauss (1973:554), compreendemos que há graus de parentesco formados por consangüinidade e parentesco formado por afinidade. Porém, através da análise de nossos dados, podemos observar que, mesmo que haja uma relação consangüínea, ela só é reconhecida pelos informantes quando existe em comunhão com uma relação de proximidade entre os membros da família. Ressaltamos que a não consideração dos membros da família não ocorre em muitas famílias brasileiras, porém encontramos 20% dos informantes respondendo que desconsideram algum membro de suas famílias como parentes, o que nos indica dados relevantes para nossa pesquisa sobre a aproximação e distanciamento na família brasileira.

Ao responderem à pergunta sobre não considerar alguém de sua família como parente, 80% dos informantes responderam que não desconsideram ninguém de sua família e 20% desconsidera alguém, como vemos no gráfico 5. Sobre o perfil dos informantes que desconsidera alguém de sua família como parente, encontramos 75% com idade entre 15 e 30 anos; 25%, entre 31 e 50; o grupo é dividido pela metade com relação ao sexo; 87,5% são solteiros e 12,5% são casados. Sobre a renda familiar mensal deste grupo, 50% têm renda entre R\$2001,00 e R\$4000,00; 25%, até R\$1000,00 e 12,5% entre R\$1001,00 e R\$2000,00.

Sobre o nível de instrução dos informantes que desconsideram alguém de sua família como parente, 87,5% concluíram o ensino médio e 12,5%, o ensino superior. Com relação à localização da moradia dos informantes, 50% são moradores da zona oeste; 25%, da zona norte; 12,5% , da zona sul e 12,5% do grande rio. Sobre a religião, 37,5% dos informantes são protestantes; 37,5% são católicos; 12,5% são cardecistas e 12,5% não têm religião.



Os informantes que desconsideram como parente alguma pessoa com quem mantém relações consangüíneas, ao serem questionados sobre quais são os parentes que não são reconhecidos, 10% não reconhecem os tios como membros de sua família; 5%, parentes que moram longe; 2,5%, o pai e 2,5% os primos, como vemos no gráfico 6. Destacamos que, ao responderem à questão sobre quem eles não consideram como membros de sua família, apenas dois informantes deram mais de uma opção.

Ressaltamos que nesta pesquisa compreendemos que parentesco pode ser formado por consangüinidade e de acordo com Burguière (1986: 238), há o parentesco espiritual, formado por afinidade que pode ser contraído através de relações de apadrinhamento e, na resposta do informante 22, observamos que o informante reconhece que seus padrinhos e afilhados são seus parentes, porém compreendemos que, mesmo que ele tenha identificado sua relação de parentesco espiritual, é possível que, por uma questão de distanciamento entre o informante, seus padrinhos e seus afilhados, o grau de parentesco entre eles não seja relevante para o informante.



Através dos resultados alcançados na observação do contraste entre o perfil dos informantes que desconsideram algum parente como membros de sua família, concluímos, com base em Barbosa (1992) e Torre dos Santos (2007) que, mesmo que haja uma heteropercepção de grande proximidade (Wierzbicka, 1991: 108) entre os membros da família brasileira sendo grande acolhedores de parentes e pessoas com as quais mantêm relações de intimidade, esta imagem diverge da autopercepção de 20% do total de informantes questionados nesta pesquisa.

Além disso, sobre a questão relacionada ao fato de os informantes não considerarem como membros de suas famílias pessoas com as quais têm graus de parentesco por consangüinidade, ressaltamos que os dados nos fazem compreender que proximidade e distanciamento (Wierzbicka, 1991: 108), entre os membros da família brasileira, são determinantes e podem tanto incluir como excluir componentes da família dos informantes.

4.4

A importância dos parentes na sociedade brasileira

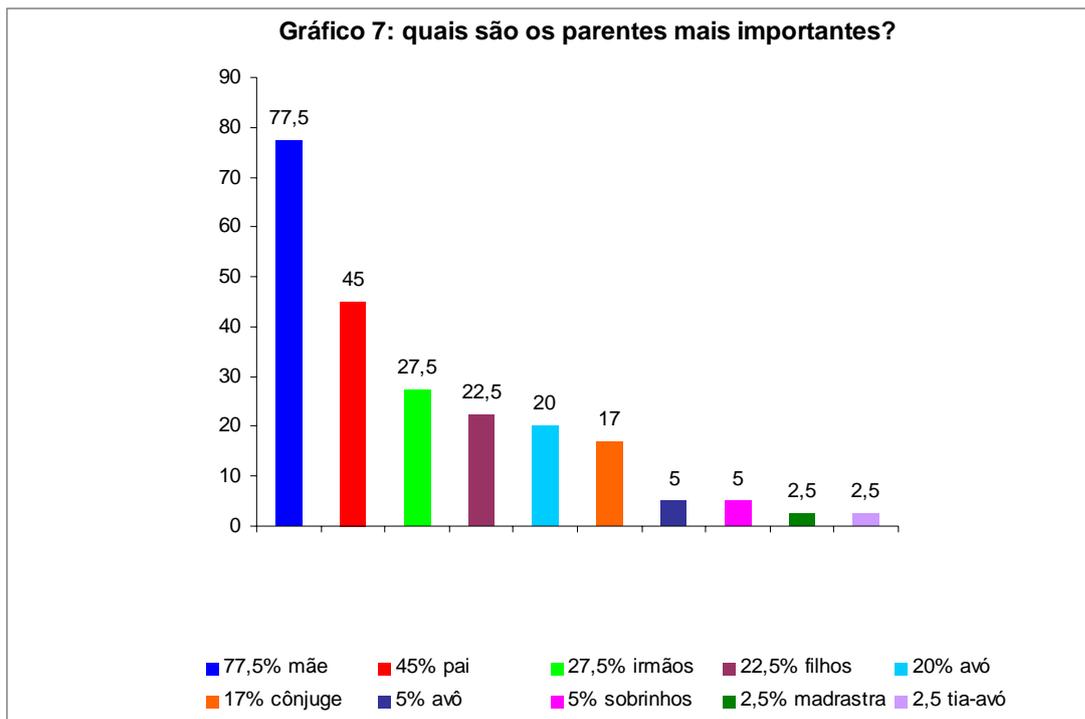
Ao compormos nossa pesquisa, buscamos identificar os parentes que, de acordo com os brasileiros são mais importantes do que outros membros da família e também buscamos compreender as razões que levam os brasileiros a construir estas percepções de determinados membros da família, sendo elas o afeto, questões financeiras e/ou companhia.

Buscamos dar maior relevância à investigação em particular dos avós na educação e nas relações de afeto com os informantes, de acordo com os estudos de Barros (1987) e Bacelar (2002), que indicam que as avós representam grande papel na constituição e manutenção da família brasileira, além de transmitirem conhecimentos e auxiliarem na educação de seus netos.

4.4.1

Quem são os parentes mais importantes para o informante

Visando detectar como é dada a importância aos membros da família brasileira, aplicamos as questões “quais são os parentes mais importantes para você?” e “por que eles são os mais importantes?”. Ressaltamos que os informantes puderam responder indicando mais de uma pessoa. Como vemos no gráfico 7, encontramos 77,5% dos informantes afirmando que a mãe é o membro mais importante de sua família; 45%, o pai; 27,5%, os irmãos; 22,5%, os filhos; 20%, a avó e 17%, o cônjuge; 5%, o avô; 5% os sobrinhos; 2,5%, a madrasta e 2,5%, a tia avó.



Os informantes ao responderem sobre a razão pela qual os membros da sua família são considerados importantes, obtemos quatro tipos de respostas distintas, 82,5% dos informantes indicam que a importância de seus parentes tem relação com o sentimento de gratidão por eles terem sido seus pais e terem os educado; 75%, pela relação de afeto existente entre o informante e os parentes; 10%, pela ajuda financeira e 7,5% pelo convívio diário. Ao analisarmos os dados, podemos concluir que os brasileiros tendem a valorizar mais os membros de suas famílias por eles serem seus genitores e educadores e também pelo afeto.

4.4.2

Como os informantes vêem a relevância dos avós em sua educação

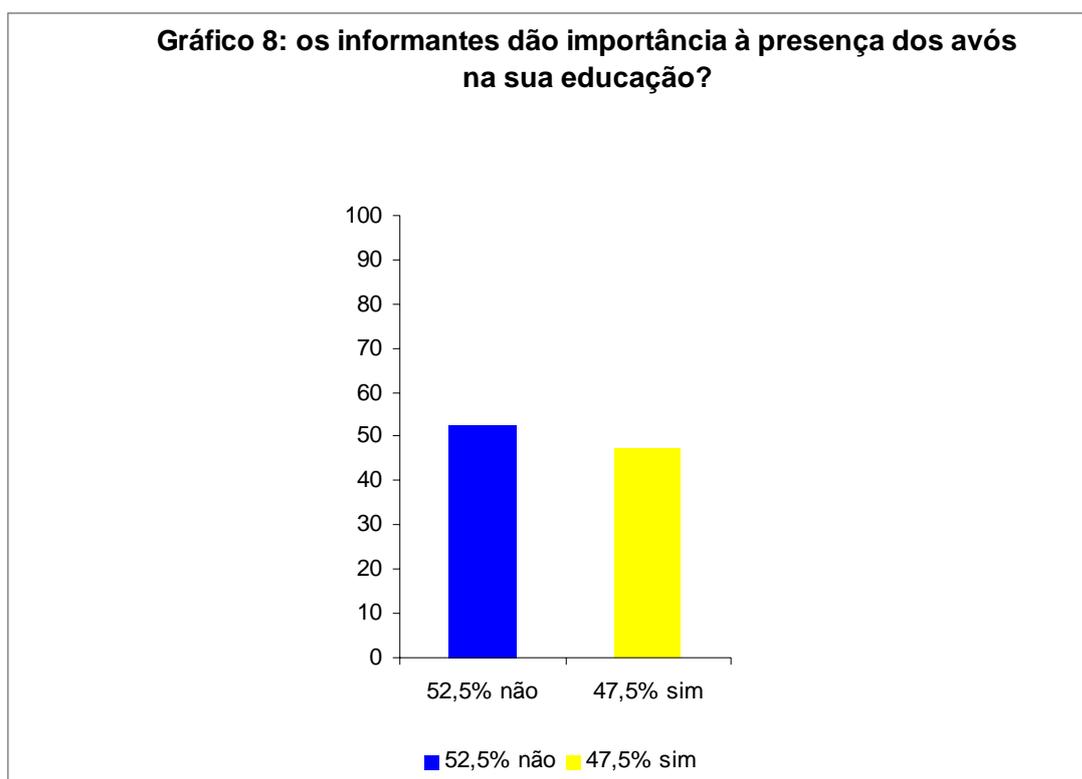
Em estudos sobre a família brasileira, encontramos Barros (1987) que aponta os avós como os grandes educadores presentes na família brasileira e Bacelar (2002) que apresenta a avó como o membro da família capaz de transmitir os traços culturais, além de também ser marcante na educação de filhos e netos.

Ademais, Barros (1987: 11) oferece particular importância à participação da avó no contexto familiar e afirma que a avó se apresenta como uma

catalisadora de todas estas variações, sendo também a transmissora da cultura presente em cada família brasileira. Segundo a autora, por ter educado seus filhos e por auxiliar na educação de seus netos, a presença da avó na família é fundamental, pois aproxima as variadas gerações existentes no seu âmbito.

De acordo com o gráfico 8 abaixo, observamos que os informantes, ao responderem à questão “os seus avós foram importantes para a sua educação?” foram divididos nos seguintes percentuais: 47,5% do total dos informantes afirmam que seus avós foram importantes para a sua educação, enquanto 52,5% negam que seus avós tenham sido importantes na sua educação. Observamos que o perfil dos informantes que negam a importância dos avós em sua educação é composto, em sua maioria, por informantes com idade entre 31 e 50 anos (52,4%); homens (52,4%); solteiros (76,2%); com renda familiar mensal entre R\$2001,00 e R\$4000,00 (42,9%); concluíram o ensino médio (52,5%), são moradores da zona sul (28,6%) e são católicos (42,9%) e protestantes (42,9%).

Gráfico 8: os informantes dão importância à presença dos avós na sua educação?

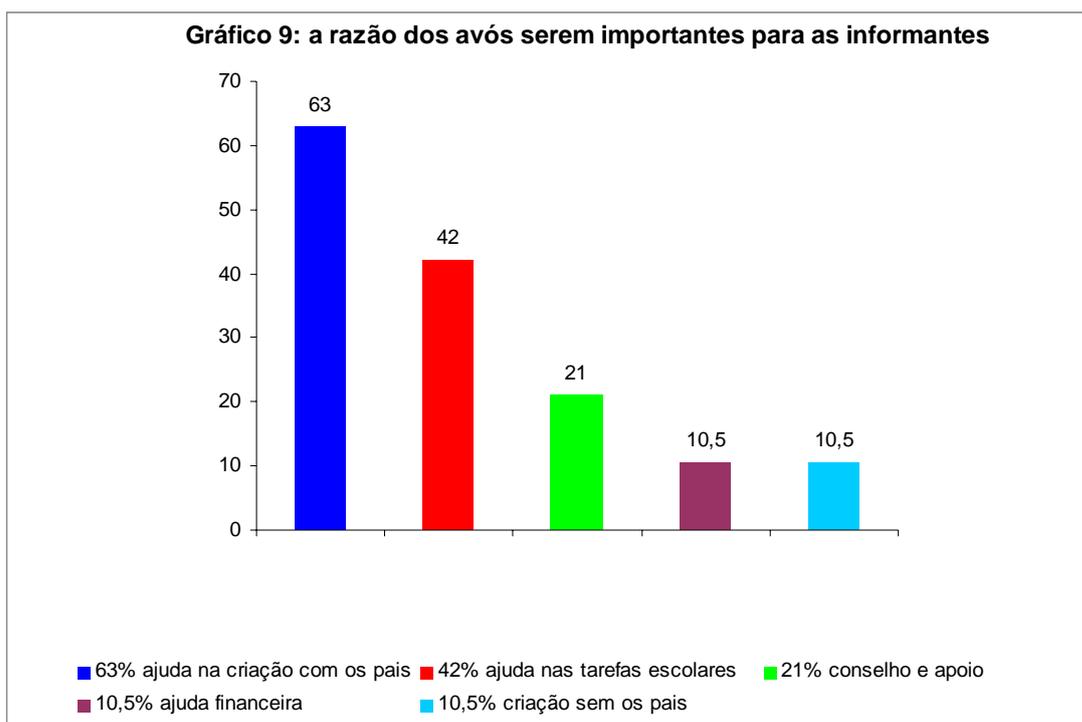


Entre os 47,4% do total de informantes questionados na pesquisa, observamos que o grupo que responde que seus avós foram importantes em sua educação apresenta em destaque no seu perfil informantes com a idade entre 15 e 30 anos (63,2%); mulheres (52,6%), solteiros (68,4%); com a renda familiar mensal entre R\$2001,00 e R\$4000,00 (31,6%); cursaram o ensino médio (63,1%); são moradores da zona oeste (31,6%) e católicos (52,6%). Ressaltamos esses dados nos surpreendem, pois através da análise dos dados, esperávamos confirmar nossa hipótese sobre a importância da avó na família brasileira, o que não ocorreu, conforme exposto no item abaixo.

4.4.3

A razão da importância dos avós na educação dos informantes

De acordo com o gráfico 9, a seguir, no grupo composto pelos informantes que afirmam serem relevantes os avós na sua educação, ao responder a questão “por que eles foram importantes?”, 63% afirmam que seus avós cooperaram na sua criação junto com os pais dos informantes; 42%, por terem ajudado os informantes com as tarefas escolares; 21% por terem dado conselhos e apoio ao informante; 10,5%, por terem dado ajuda financeira e 10,5% por terem criado os informantes sem a interferência dos pais. Vale ressaltarmos que as respostas dos informantes sobre esta questão não são excludentes, ou seja, como a questão foi aberta, eles tiveram a possibilidade de oferecer mais de uma razão pela qual os avós se tornaram importantes em sua educação.



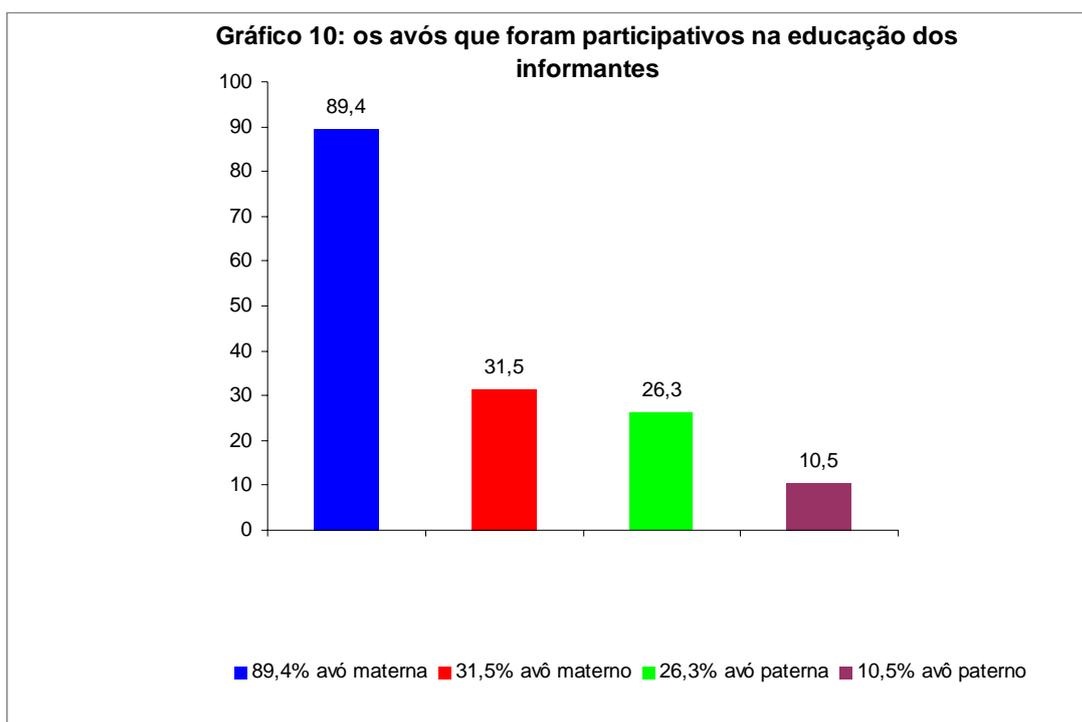
Entendemos o grande percentual de informantes afirmando que seus avós se tornaram importantes por terem cooperado com seus pais em sua criação por associarmos os índices ao fato de que, muitas vezes, os pais ao trabalharem, deixam seus filhos com os avós e estes, assim, assumem o papel de cooperador na educação dos netos. Neste trabalho, compreendemos a cooperação dos avós na família brasileira como a inserção deles atuando como educadores, o que pode transformá-los em principais responsáveis pela educação dos seus netos, uma vez que muitas vezes são os adultos que passam o maior tempo com as crianças, auxiliando na realização de tarefas escolares, oferecendo ajuda financeira e dando conselho e apoio.

4.4.4

Os avós mais participativos na educação dos informantes

Aos responderem à questão “quais são os avós que foram participativos em sua educação?”, 89,4% dos informantes indicaram a avó materna; 31,5% o avô materno; 26,3% a avó paterna e 10,5% o avô paterno, como podemos ver no gráfico 10. Ressaltamos que os percentuais apontando quais foram os avós mais importantes na educação dos informantes não são excludentes, ou seja, um mesmo

informante ofereceu mais de uma resposta sobre quais avós foram importantes por terem sido participativos em sua educação. Bacelar (2002) aponta a presença da avó na sociedade brasileira como membro de grande importância, porém através dos dados de nossa pesquisa, mesmo que a avó materna tenha maior interferência no sistema familiar (89,4%), observamos que o avô materno também assume um papel relevante na interação com os membros da família brasileira (31,5%) e que o percentual do avô materno é maior do que o da avó paterna (26,3%).



Uma possível explicação para a percepção de maior relevância dos avós maternos na família brasileira está relacionada à ocorrência da maior aproximação dos pais da mãe, os avós maternos, na interação com os netos, o que ocorre em muitas famílias brasileiras, devido às crenças de que a interação entre mãe e filha é melhor do que a interação entre nora e sogra; sendo assim, os ensinamentos transmitidos pelos avós maternos tendem a não se contrapor aos ensinamentos provenientes da mãe.

Ao pesquisarmos sobre a família brasileira e seus aspectos culturais, encontramos no site de Provérbios populares portugueses o provérbio popular¹

¹Provérbios Populares Portugueses. <http://proverbios.aborla.net/pf.php>, último acesso em 19 de maio de 2007.

“filhos das minhas filhas meus netos são. Filhos dos meus filhos serão ou não.”, que demonstra como é percebida a interação entre os membros da família brasileira, em particular, como ocorre a interação entre avós paternos e maternos e seus netos. Deste provérbio, podemos retirar a mensagem de que os filhos das mulheres são mais sempre fáceis de serem identificados do que dos homens, pois a mulher, pois a mulher carrega seus filhos em seu ventre.

Ao observarmos os percentuais através dos quais são mostrados quais avós assumem um papel de maior importância na família brasileira e dividirmos os dados entre os casais, o materno e o paterno, vemos que o sexo feminino (89,4%, avó materna e 26,3%, avó paterna) apresenta percentuais maiores do que o sexo masculino (31,5%, avô materno e 10,5%, avô paterno). Acreditamos que estas respostas ocorram devido à crença antiga de que cabe à mulher o dever de ensinar e transmitir conhecimentos às crianças, além de ser a responsável pelo bom funcionamento do ambiente da *casa*, enquanto cabe ao homem a responsabilidade financeira, o suprimento das necessidades materiais, fornecendo o dinheiro e alimentação, ou seja, o desempenho na *rua*.

Traçamos acima então um recorte sobre as categorias de análise, com o objetivo de detectarmos quais são as categorias que apresentam maior incidência de respostas sobre a importância da avó na família brasileira. Observamos os seguintes dados: o grupo composto por informantes com idade entre 15 e 30 anos apresenta maior quantidade de informantes afirmando que os seus avós foram importantes em sua educação (54,5%), enquanto 45,4% deste mesmo grupo negam a importância dos avós em sua educação. Em relação à categoria que apresenta os informantes com idade pertencente à faixa etária entre 31 e 50 anos, detectamos a maior parcela dos informantes com esta faixa etária negando a importância dos avós em sua educação (61,1%), enquanto a minoria (38,9%) deste grupo afirma que os avós foram importantes em sua educação.

Desse modo, observamos que os brasileiros com idade entre 15 e 30 anos apresentam uma maior propensão para caracterizar a presença dos avós na sua educação como relevante e acreditamos que os resultados obtidos possuem relação com o fato de esses informantes terem tido contato recente com os avós e ainda não terem assumido o papel de pais e mães. Nas categorias relacionadas ao sexo dos informantes, encontramos 55% dos homens negando a importância dos avós em sua educação, enquanto 45%, afirmam a sua importância. Já o grupo das

mulheres se divide pela metade ao responder a questão. Sobre as categorias de sexo, os dados mostram que os homens tendem a não valorizar a presença dos avós em sua educação, enquanto o grupo das mulheres apresenta respostas neutras sobre o assunto.

O grupo de solteiros divide-se em 55,1% que negam a importância dos avós e 44,9% que a afirmam. No grupo dos casados, temos 54,5% afirmando e 45,5%, negando. Observamos que há uma maior tendência por parte dos brasileiros casados em afirmarem que seus avós foram importantes em sua educação, apesar de o grupo de solteiros ser composto pela maioria do número total de informantes, eles tendem a negar a importância dos avós. O grupo composto por informantes que possuem renda familiar mensal inferior a R\$1000,00 é dividido pela metade ao responder sobre a importância dos avós em sua educação. Na categoria que apresenta os informantes com renda entre R\$1001,00 e R\$2000,00, 66,6% afirmam a importância e 33,4% a negam, enquanto na categoria da renda familiar mensal entre R\$2001,00 e R\$4000,00, 60% negam a importância dos avós em sua educação e 40% a afirmam.

No grupo com renda familiar mensal superior a R\$4000,00, encontramos 55,5% que negam a importância dos avós em sua educação enquanto 44,5% afirmam que seus avós foram importantes em sua educação. Observamos que os dois grupos de informantes com renda inferior a R\$2000,00 apresentam respostas distintas ao compararmos as respostas dos grupos com renda superior a R\$2000,00; enquanto o grupo com renda superior a R\$2000,00 apresenta a maioria de seus componentes negando a importância dos avós em sua educação, o grupo com renda inferior a R\$1000,00 apresenta a metade de seus componentes afirmando que os avós foram importantes em sua educação e a maioria dos informantes com renda familiar mensal entre R\$1001,00 e R\$2000,00 afirma que seus avós foram importantes em sua educação.

Compreendemos o fato de os informantes que possuem as menores rendas familiares darem maior importância à presença dos avós na sua educação devido à maior participação dos avós nas famílias de baixa renda. Observamos que, em muitas famílias, os avós moram com seus filhos e netos numa mesma casa e, em alguns casos, mesmo os avós morando em outras casas, eles assumem grande responsabilidade financeira na casa de seus filhos, o que tende a refletir também na educação de seus netos. Assim, podemos concluir que os avós se apresentam

como membros mais ativos nestas famílias e, assim, atuam cooperando mais na educação de seus netos. Sobre a categoria do ensino fundamental, encontramos os componentes divididos pela metade ao responderem à questão. O grupo do ensino médio tem 52,2% afirmando e 47,8% negando.

Na categoria do ensino superior, temos 61,5% que negam a importância e 38,5% que a afirmam. Segundo a ABEP², um dos critérios de avaliação econômica é o cruzamento entre a renda familiar mensal e o nível de instrução do indivíduo, o que condiz com nossos dados, pois as respostas dos grupos que apresentam renda inferior a R\$2000,00 se assemelham às respostas das categorias de informantes com ensino fundamental e ensino médio, assim como as respostas das categorias de renda superior a R\$2000,00 se assemelham às do ensino superior. Na categoria de moradores da zona norte, os informantes se dividem pela metade ao responderem à questão sobre a relevância dos seus avós na sua educação. Dentre os moradores da zona sul, 60% negam a importância dos avós e 40% a afirmam. Dentre os moradores da zona oeste, 54,5% afirmam que seus avós foram importantes e 45,5% o negam. Dentre os moradores do Grande Rio, 55,5% negam a importância dos avós em sua educação e 44,5% a afirmam.

Destacamos que não é possível realizarmos uma análise mais detalhada sobre as categorias de localização da moradia dos informantes devido à grande variedade econômica que ocorre na geografia do estado do Rio de Janeiro, mas os dados apresentam homogeneidade, isto é, mesmo com a variedade econômica intrínseca às regiões do Rio de Janeiro, os números indicam que os informantes tendem a apresentar pequenas variações em suas respostas em relação à moradia, exceto no caso dos moradores da zona sul, pois 60% negam que seus avós foram importantes em sua educação. Sobre a religião, 52,6% dos católicos afirmam a importância dos avós e 47,4% a negam; 69,2% dos protestantes negam e 30,8% a afirmam; 71,5% dos informantes sem religião a afirmam e 28,5% a negam. O único cardecista nega.

Através dos dados apresentados no item 4.4.1, concluímos então que os informantes se dividem em dois grupos que correspondem quase à metade do número total de informantes ao responderem sobre a importância dos avós na

²Critério de Classificação Econômica no Brasil *IN*: Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. www.abep.org/codigosguias/ABEP_CCEB.pdf, último acesso em 19 de maio de 2007.

família brasileira. Logo, observamos que nossa hipótese sobre a relevância da presença dos avós na família brasileira não foi confirmada, pois a maioria dos informantes não responde de forma afirmativa à questão, como prevíamos. É possível que se fosse aplicada a questão “seus avós participaram ativamente de sua educação?”, teríamos uma maior ocorrência de informantes respondendo à questão relacionada à atuação dos avós em sua educação com respostas afirmativas.

No contraste entre as categorias e a resposta afirmativa sobre a importância dos avós na educação dos informantes, observamos que, entre as 21 categorias de análise aplicadas nesta pesquisa, 33,3% das categorias são compostas pela maioria dos informantes afirmando que seus avós foram importantes em sua educação e 19% das categorias estão divididas pela metade entre a resposta afirmativa e a negativa sobre a importância de seus avós em sua educação. Além disso, ao nos reportarmos às teorias sobre a atuação dos avós na família brasileira, observamos que Bacelar (2002:13) aponta a relevância da avó na família como membro que exerce grande atividade porém, de acordo com a análise de nossos dados, constatamos que a presença do avô também é considerada importante pelos informantes pois, segundo os informantes, o avô materno assume um papel mais relevante do que a avó paterna.

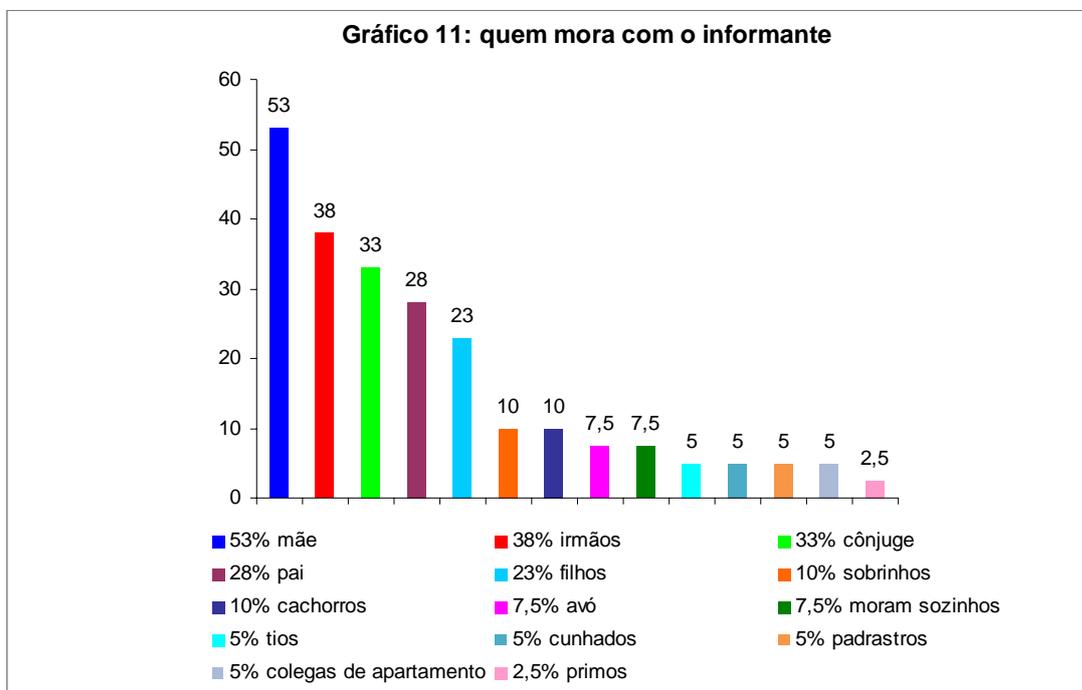
4.5

Visão auto-perceptiva e heteroperceptiva sobre morar na mesma casa

Segundo Barbosa (1992:127) e Porto (2006) trabalhamos com as duas maneiras de percepção a fim de detectarmos se o brasileiro ao morar numa mesma casa com pessoas com as quais não possuem relações consanguíneas e também não possuem relações de marido e mulher, nem de namorados, criam ou não um elo de parentesco. Para encontrarmos a auto-percepção, foram aplicadas as seguintes questões “quem mora com você?”; “você mora com alguém que não pertence a sua família?”; “quem é a pessoa que mora com você e que não é seu parente?”; “você acredita que a sua relação com essa pessoa que mora com você, mas não é seu parente é de parentesco ou de quase parentesco?”. Ademais, com a finalidade de detectarmos a heteropercepção dos informantes, aplicamos as

questões “morar junto cria parentesco? Por quê?” e “colegas de quarto, os roomates, se tornam parentes?”.

Ressaltamos que ao questionarmos os informantes se eles moram com alguém que não é seu parente e obtemos uma resposta negativa, todas as outras questões relacionadas a sua auto percepção sobre morar junto com alguém não consanguíneo não foram aplicadas. Ao responderem a questão “quem mora com você?”, como vemos no gráfico 11 abaixo, obtemos as seguintes respostas: 53% dos informantes moram com a mãe; 38%, com irmãos; 33%, com o cônjuge; 28%, com o pai; 23%, com os filhos; 10%, com sobrinhos; 10%, com os cachorros; 7,5% com a avó; 7,5% moram sozinhos; 5%, com os tios, 5%, com os cunhados; 5%, com os padrastos; 5%, com colegas de apartamento e 2,5%, com os primos. Observamos que há grande quantidade de informantes que coabitam com pessoas que não pertencem à família nuclear (Prado, 1985: 8), como primos e tios, além de encontrarmos informantes que consideram os cachorros como moradores da casa, o que, de acordo com Pericchi-Epaud (2003: 125), demonstra uma associação entre os animais e a família.



Ressaltamos que temos informantes que afirmam que seus cachorros são moradores de suas casas e em seus perfis, encontramos as seguintes características: 100% têm entre 15 e 30 anos; 100% são solteiros; 100%

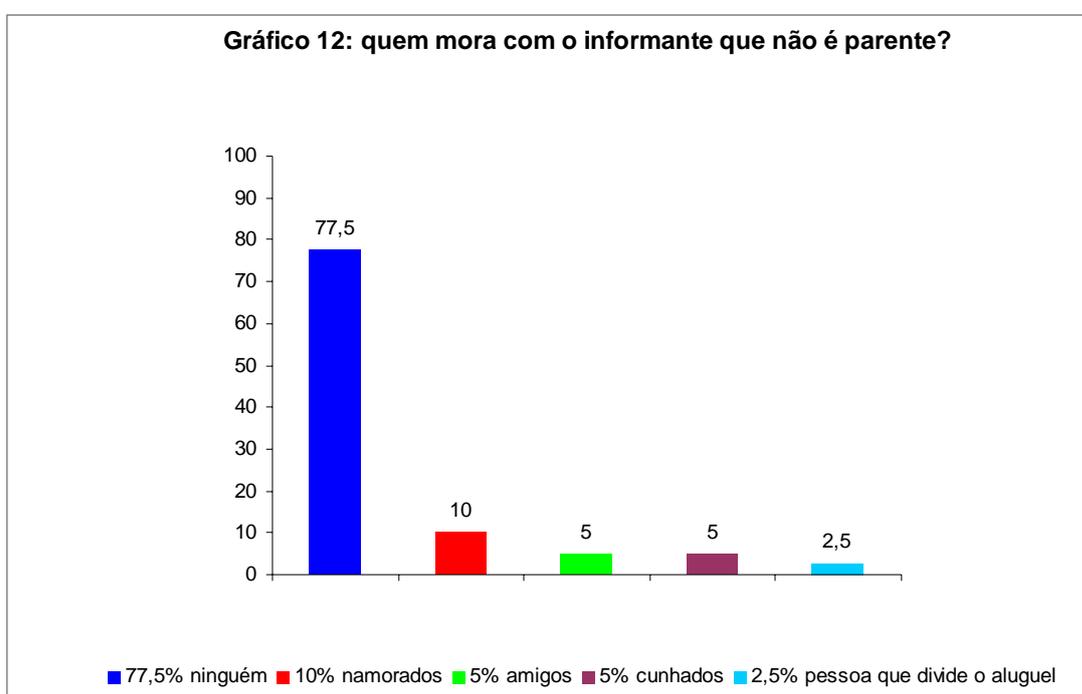
concluíram o ensino médio; 75% são mulheres e têm renda familiar mensal entre R\$2001,00 e R\$4000,00; o único informante do sexo masculino tem renda familiar mensal superior a R\$4000,00 e, além disso, o grupo é dividido pela metade entre moradores da zona norte e da zona oeste. Com base nestes dados, podemos concluir, segundo Pericchi-Epaud (2003: 125), que há uma disposição por parte dos brasileiros solteiros com idade entre 15 e 30 anos, com ensino médio e renda superior a R\$2000,00 a considerarem os cachorros como moradores da casa, por darem a eles características humanas.

Com base nas respostas dos informantes sobre as pessoas com as quais coabitam, destacamos o grupo que mora com pessoas que não fazem parte da família nuclear e de acordo com Fox (1972: 39), considera-se os padrastos como pertencente à família nuclear, já que compreendemos que os padrastos podem atuar como pais dentro da família. Ressaltamos que, neste grupo não estão incluídos os informantes que coabitam com colegas de quarto e assim, temos um grupo formado por 9 informantes que apresentam o seguinte perfil em destaque: 100% são solteiros; 88,8% têm entre 15 e 30 anos; 55,5% são mulheres e sobre a renda familiar mensal, o grupo é dividido em três partes iguais compostas por informantes com renda entre R\$1001,00 e R\$2000,00; entre R\$2001,00 e R\$4000,00 e acima de R\$4000,00.

Neste grupo, observamos que a renda familiar mensal está em evidência, pois acreditamos que a aglomeração dos membros da família numa mesma casa ocorre devido a fatores econômicos, isto é, a baixa renda da família pode ocasionar a coabitação em busca da sobrevivência e com base nos dados, podemos concluir que os brasileiros com idade entre 15 e 30 anos e solteiros tendem a morar com pessoas externas à sua família nuclear, enquanto que, os dois informantes que moram com colegas de apartamento, apresentam os seguintes perfis em destaque: são solteiros, com ensino médio e renda familiar mensal inferior a R\$1000,00. No grupo composto por informantes que moram sozinhos temos todos com idade entre 31 e 50 anos; são homens e solteiros.

Com base em DaMatta (1997:20), que afirma que no ambiente da *casa* todos são íntimos e familiares, buscamos verificar se os informantes se posicionam de acordo com o antropólogo em seus relacionamentos com os moradores de suas casas ao questioná-los com as perguntas “você mora com alguém que não pertence a sua família?” e “quem é a pessoa que mora com você e

que não é seu parente?”. Na primeira questão, encontramos 77,5% dos informantes que responderam não e 22,5%, sim e, na segunda questão, os informantes que compõem os 22,5% dos informantes indicam que as pessoas que não são consideradas como seus parentes são namorados (10%); amigos (5%); cunhados (5%) e 2,5%, a pessoa que divide o apartamento com o informante. Deste modo, podemos reforçar nossa conclusão sobre a hipótese 2, relacionada à inclusão de pessoas externas às relações consangüíneas na família, pois nem todos os informantes incluem em suas famílias namorados, amigos e cunhados, como vemos no gráfico 12.



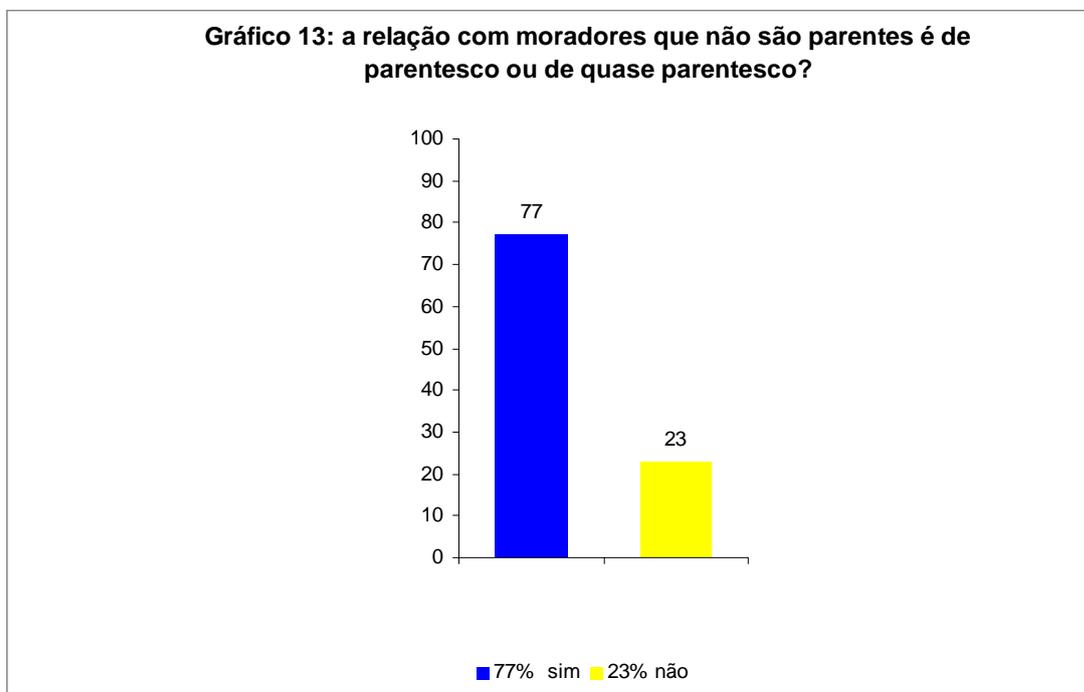
Ao aplicarmos a questão “você acredita que a sua relação com essa pessoa que mora com você, mas não é seu parente é de parentesco ou de quase parentesco?”, encontramos o grupo composto por 22,5% do total dos informantes dividido em 77% respondendo sim e 23% responde que não, como vemos no gráfico 13. Destacamos que, mesmo o informante 5 tendo respondido que atualmente mora sozinho, consideramos os dados relacionados ao amigo que morou anteriormente com ele, pois como vemos abaixo, ele mantém uma relação de parentesco com este amigo.

P: você mora com alguém que não pertence a sua família?

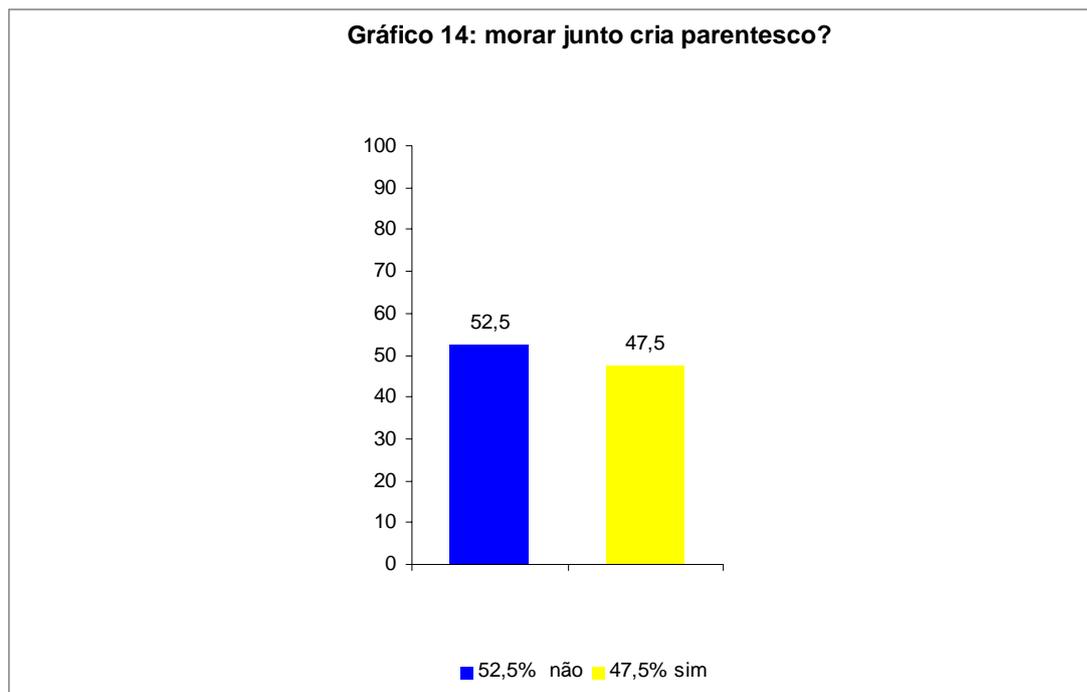
I5: não... já morei com um amigo ... mas agora não.

P: você diria que a sua relação com essa pessoa evolui para uma relação de parentesco ou quase parentesco? Sim ou não?

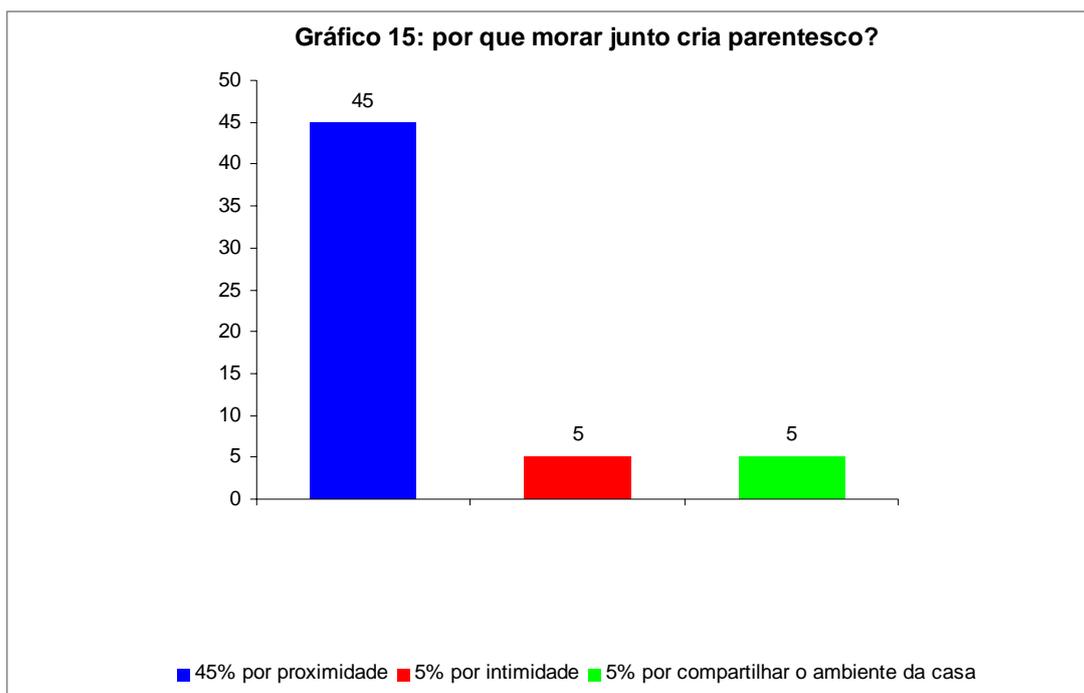
I5: sim ... trocávamos confidências e até hoje somos assim.



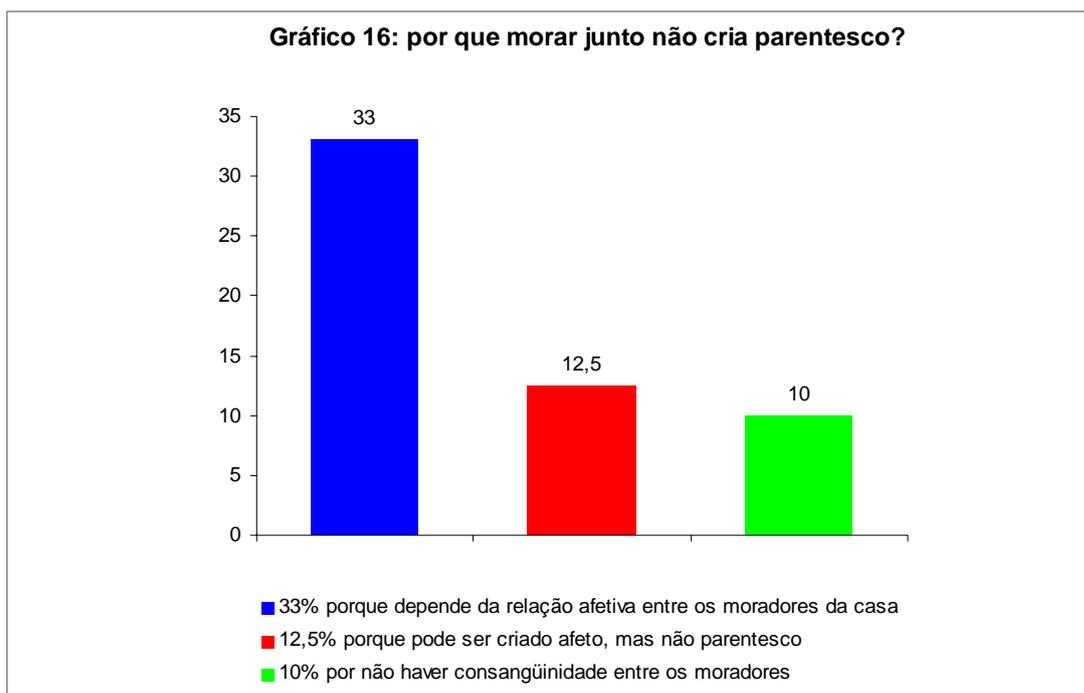
Com o intuito de encontrarmos a heteropercepção dos informantes sobre a relação entre morar junto e a relação de parentesco formada por afinidade (Lévi-Strauss, 1973: 554), aplicamos a questão “morar junto cria parentesco?” e encontramos 52,5% dos informantes respondendo que não e 47,5%, que sim. Observamos, no gráfico 14, que os dados indicam que os informantes se encontram divididos quase pela metade ao oferecerem sua heteropercepção sobre a relação entre morar numa mesma *casa* e parentesco.



Ao questionarmos os informantes sobre o motivo pelo qual eles acreditam que morar junto cria parentesco, como vemos no gráfico 15, 45% do total dos informantes afirmam que morar junto cria parentesco por ocorrer proximidade (Wierzbicka, 1991: 109); 5%, por intimidade (Wierzbicka, 1991: 109) e 5%, por compartilharem do ambiente da *casa*, como no pagamento das despesas. Ressaltamos que, os informantes ao darem respostas que expressam a razão pela qual eles acreditam que morar junto cria ou não parentesco não são excludentes.

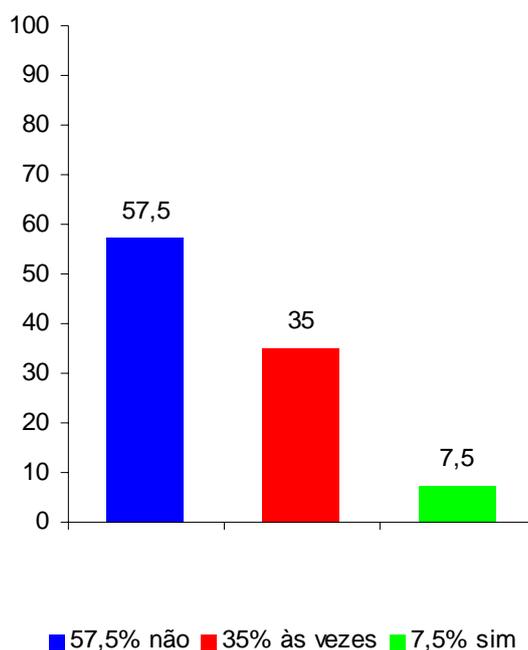


Os 52,5% dos informantes que negam que morar junto crie parentesco, ao responderem à questão “por que morar junto não cria parentesco?”, como vemos no gráfico 16, observamos que o grupo se divide em 33% que responde que criar parentesco depende da relação afetiva entre os moradores da casa; 12,5%, porque ao morar junto com alguém, pode ser criado afeto, mas não parentesco e 10%, por não haver consangüinidade entre os moradores.



Com base nas respostas dos 33% dos informantes que negam que morar junto crie parentesco, observamos que a maioria dos informantes afirmam que depende da relação afetiva, o que nos indica que, caso haja uma boa relação afetiva regida para intimidade, entre os moradores de uma mesma *casa*, mesmo sem consangüinidade, eles podem se considerar parentes, pois, como observamos as respostas, tudo depende da relação de afeto entre eles.

Os informantes ao serem questionados se “colegas de quarto, os roomates, se tornam parentes?”, encontramos, como mostra o gráfico 17, os seguintes percentuais: 57,5% responderam que não; 35%, às vezes e 7,5%, sim. Através desta pergunta, podemos observar que encontramos grande percentual de respostas contrárias às respostas oferecidas pelos informantes sobre morar junto gera parentesco, o que nos indica que a inclusão de pessoas externas às relações consangüíneas na família brasileira varia de acordo não com a questão habitacional e sim pela afetividade em torno da relação.

Gráfico 17: colegas de quarto se tornam parentes?

4.5.1

Conclusão sobre a visão auto-perceptiva e heteroperceptiva sobre morar na mesma casa

Comparando as questões relacionadas a visão auto-perceptiva e heteroperceptiva, podemos, mais uma vez, confirmar a hipótese 3, pois percebemos que os informantes oferecem respostas diferentes sobre a imagem que eles têm sobre suas famílias e como eles vêem outras famílias brasileiras, ou seja, como eles se vêem e como percebem os outros.

Ademais, observamos que a inclusão de membros da família brasileira não ocorre somente devido à coabitação e sim sobre como é tecida a relação entre os moradores dessa residência, se eles mantêm relações pertencentes ao ambiente da *casa* ou da *rua* e se há de fato intimidade e proximidade entre os moradores deste recinto.

Com base nas informações relacionadas às respostas dos informantes sobre a visão heteroperceptiva de morar junto gerar parentesco, observamos que os dados nos indicam que a teoria de Wierzbicka sobre proximidade e intimidade

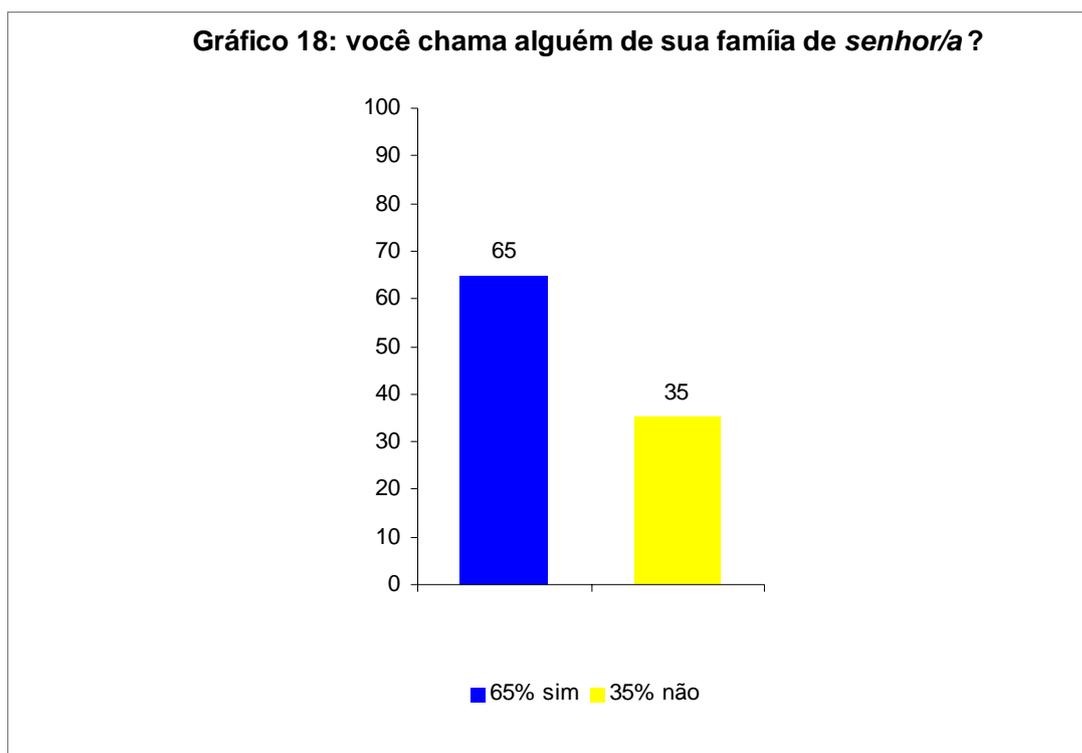
apresenta muita associação com o tema explorado neste trabalho, pois os resultados da pesquisa indicam que proximidade e intimidade são quesitos necessários para a inclusão de membros na família através de elos de parentesco por afinidade (Lévi-Strauss, 1973: 554). Além disso, a heteropercepção dos informantes apontada nas respostas tem relação com a teoria de DaMatta (1997:20) sobre o ambiente da *casa* apresentar intimidade e familiaridade.

4.6

O uso de *senhor* e *senhora* como pronome de tratamento entre os membros da família brasileira

Com o objetivo de detectarmos se, como DaMatta (1997:15) nos afirma, o ambiente da *casa* é o da informalidade, enquanto o da *rua* é o da formalidade, buscamos verificar através dos dados provenientes das respostas dos informantes à questão “você chama alguém de sua família de senhor/a?”, se de fato, os informantes empregam os termos *senhor* e *senhora* como pronomes de tratamento no ambiente da casa. Além da questão expressa anteriormente, em casos de respostas afirmativas, trabalhamos com a pergunta “quem você chama de senhor ou senhora?” para detectarmos com quais membros da família os informantes empregam formalidade ao interagirem.

Encontramos 65% dos informantes respondendo que sim, enquanto 35% responderam que não, como podemos ver no gráfico 18. Sobre o grupo de informantes que nega chamar alguém de *senhor* ou *senhora*, encontramos os seguintes dados em evidência: 57,2% têm idade entre 15 e 30 anos; 50% são mulheres; 50% são homens; 78,5% são solteiros; 50% têm renda mensal familiar entre R\$2001,00 e R\$4000,00. Sobre o nível de instrução, uma metade do grupo é composta por informantes que cursaram o ensino médio e outra metade, o ensino superior; além disso, encontramos 78,4% de católicos.



As características em maior evidência do perfil do grupo que afirma chamar alguém de sua família de *senhor* e *senhora* são informantes com faixa etária entre 15 e 30 anos (53,8%); metade do grupo é composto por homens e outra por mulheres; a maioria dos informantes são solteiros (69,3%); 38,4% têm renda familiar mensal inferior a R\$1000,00; 61,5% concluíram o ensino médio; 46% são informantes protestantes. A respeito da moradia dos informantes, observamos que o grupo apresenta quase os mesmos percentuais indicando que os informantes habitam nas quatro regiões do Rio de Janeiro escolhidas para serem categorias aplicadas nesta pesquisa.

Ao contrastarmos o resultado dos dados com a teoria de DaMatta (1997:20) sobre a *casa* e a *rua*, observamos que o emprego de *senhor* e *senhora* entre membros da família brasileira evidencia a maneira como somos tratados no ambiente da *casa*, pois neste espaço, o emprego de *senhor* e *senhora* como pronome de tratamento demonstra respeito à hierarquia da família e não formalidade, que ocorre no ambiente da *rua*. Segundo DaMatta (1997) e Sennett (1974), para o brasileiro a formalidade possui um valor negativo por termos que seguir normas de comportamento pré-estabelecidas pela sociedade, o que torna

nossas relações no ambiente da *rua* construídas em torno de falsos comportamentos.

4.6.1

Contraste entre as categorias de análise aplicadas na pesquisa e as respostas obtidas sobre o uso de *senhor* e *senhora*

A respeito das categorias de análise relacionadas à faixa etária dos informantes, encontramos 63,6% dos informantes com faixa etária entre 15 e 30 anos afirmando que chamam alguém de sua família de *senhor* e *senhora*, enquanto 36,3% negam que chamam alguém de sua família de *senhor* e *senhora*. Com a idade incluída na faixa etária de 31 a 50 anos, encontramos 66,6% dos informantes deste grupo que afirmam chamar alguém de sua família de *senhor* e *senhora*, enquanto 33,3% dos informantes negando que chamam alguém de sua família de *senhor* e *senhora*. Observamos que nessas duas faixas etárias, encontramos os maiores percentuais de informantes afirmando que empregam *senhor* e *senhora* ao se reportarem a membros de sua família.

Com relação às categorias que separam os informantes quanto ao sexo, encontramos o grupo das mulheres com os seguintes percentuais: 65% das mulheres afirmam chamar alguém de sua família de *senhor* e *senhora*, enquanto 35% negam que chamam alguém de sua família de *senhor* e *senhora*; os mesmos percentuais ocorrem dentre os informantes do sexo masculino. A maioria das mulheres e dos homens responderam à questão de forma afirmativa, apesar de encontrarmos no perfil tanto do grupo que afirma que chama alguém de sua família de *senhor* e *senhora* quanto no grupo que nega o uso destes termos, percentuais que indicam que estes grupos são compostos por 50% de homens e 50% de mulheres.

Sobre o estado civil dos informantes, na categoria composta por solteiros, encontramos 63% afirmando chamar alguém de sua família de *senhor* e *senhora* e 37% negam que chamam alguém de sua família de *senhor* e *senhora*. Já no grupo formado por casados, encontramos 72,7% afirmando que empregam *senhor* e *senhora* com membros da família, enquanto 27,3% negam o uso de *senhor* e *senhora* com seus parentes. Como podemos observar, nas categorias relacionadas

ao estado civil dos informantes não nos permite traçar um contraste entre os dados.

Quanto à renda familiar mensal dos informantes apresentam os seguintes resultados: todos os informantes com renda familiar mensal inferior a R\$1000,00 responderam afirmando que empregam *senhor* e *senhora* ao se reportarem a alguém de sua família; os informantes com renda familiar mensal com valores entre R\$1001,00 e R\$2000,00 se dividiram em 66,6% que afirmam chamar alguém de sua família de *senhor* e *senhora* e 33,4% que negam o emprego de formalidade no contexto da *casa*. Os informantes com renda familiar mensal com valores entre R\$2001,00 e R\$4000,00 são divididos pela uma metade ao responderem à questão.

Os informantes com renda familiar mensal superior a R\$4000,00 são divididos em 55,5% que negam o uso de *senhor/a* com pessoas de suas famílias e 44,5% afirma o emprego. Com base nos dados sobre a renda familiar mensal dos informantes, podemos concluir que quanto maior a renda familiar mensal, maior o percentual de informantes, menor é a quantidade de pessoas desta renda que empregam o termo *senhor/a* com os membros da família e quanto menor a renda, maior é o índice de informantes que demonstram emprego da forma de tratamento formal.

A respeito das categorias relacionadas ao nível de instrução, ressaltamos que 100% dos informantes com o ensino fundamental empregam *senhor* e *senhora* com seus familiares e com relação ao grupo composto por informantes que concluíram o ensino médio, 69,5% afirmam que empregam *senhor* e *senhora*, enquanto 30,5% negam. A categoria relacionada a informantes com o ensino superior, encontramos 53,8% negando o uso de *senhor* e *senhora* no ambiente da *casa* e 46,2% afirmam o emprego dos termos. Ressaltamos que, nas categorias relacionadas ao nível de instrução, somente os informantes com ensino superior apresentam o maior percentual negando o uso de *senhor* e *senhora* em *casa*.

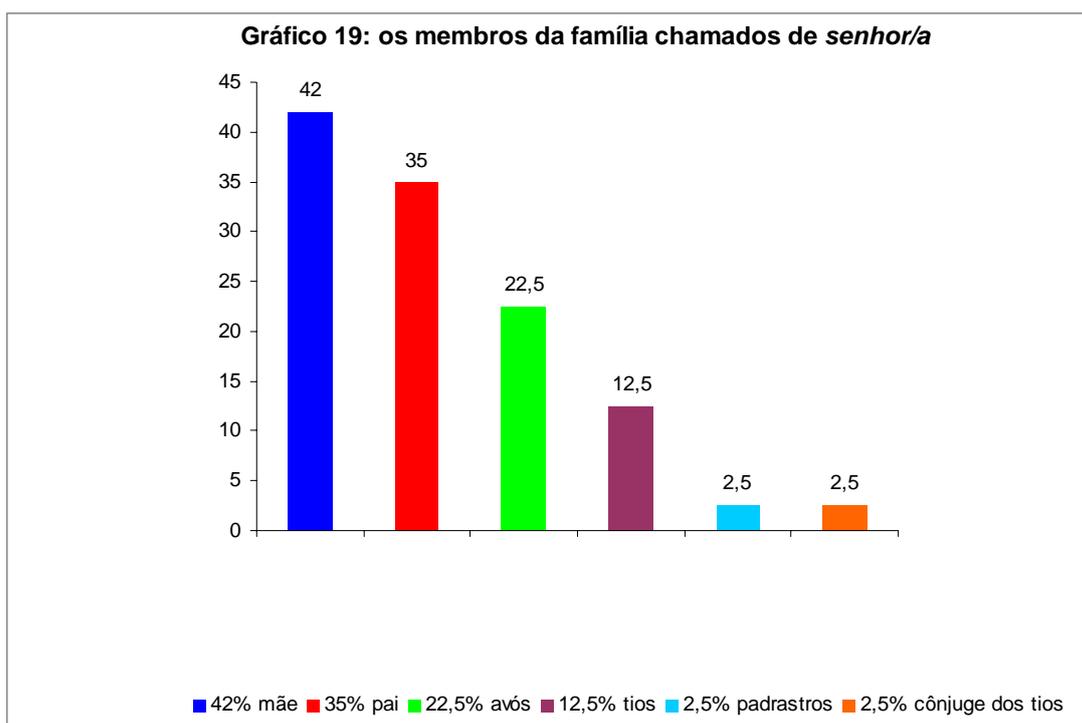
Sobre as categorias relacionadas à religião dos informantes, encontramos os informantes católicos divididos em 57,8% que negam chamar alguém de sua família de *senhor* e *senhora* e 42,2% afirmam que chamam alguém de sua família de *senhor* e *senhora*. Os informantes protestantes são divididos em 92,3% que afirmam o emprego de *senhor* e *senhora* e 7,7% que negam. Os informantes sem religião são divididos em 85,7% que afirmam chamar alguém de sua família de

senhor e *senhora* e 14,3% que negam. O único informante cardecista nega o emprego de *senhor* e *senhora* no ambiente da *casa*.

4.6.2

Quem são as pessoas chamadas de *senhor* e *senhora*

Os informantes que afirmam chamar de *senhor* ou *senhora* algum membro da sua família, que correspondem a 65% do total de pessoas questionadas, também responderam à questão “quem são as pessoas de sua família que você chama de *senhor* e *senhora*”, o que podemos ver através dos dados expostos no gráfico 19, a seguir. Elaboramos esta questão com o objetivo de detectarmos com quais membros da família os informantes demonstram respeito à hierarquia da família.



Ao responderem sobre quais são os membros de suas famílias que são chamados de *senhor* e *senhora*, 42,% dos informantes chamam a mãe de senhora; 35% dos informantes chamam o pai de senhor; 22,5% chamam os avós; 12,5% chamam os tios; 2,5% chamam os padrastrós e 2,5% chamam os cônjuges dos tios. Ressaltamos que não limitamos os informantes ao responderem esta questão com

apenas uma resposta e, assim, temos informantes que apontam mais de um membro da família aos quais são chamados de *senhor* e *senhora*.

Observamos então que, ao responderem à questão relacionada ao emprego de *senhor* ou *senhora* no ambiente da *casa*, os grupos de informantes apresentam percentuais semelhantes quanto ao sexo e a sua moradia, pois, como vemos, eles apresentam um equilíbrio entre homens e mulheres. Com relação à moradia, observamos que os grupos apresentam percentuais indicando que os informantes habitam em todas as regiões do Rio de Janeiro, de maneira similar e isso nos mostra que há homogeneidade quanto a essas categorias de análise e uma equivalência entre os dados.

Destacamos que todos os informantes que concluíram somente o ensino fundamental responderam de maneira afirmativa à questão. Encontramos outro fator relevante com relação à religião: os informantes protestantes assumem o maior percentual do grupo que afirma chamar alguém da família de *senhor* ou *senhora*, apesar de os seguidores desta religião não serem a maioria dos informantes. Além disso, ressaltamos que, ao analisarmos os dados relacionados aos informantes que concluíram o ensino fundamental e suas religiões, observamos que 3 entre os 4 informantes são protestantes.

Com base nos dados apresentamos, observamos que o emprego de *senhor/a* entre os membros da família brasileira indica vestígios de educação anterior e uma convenção adotada pelos informantes pertencentes a essas famílias. De acordo com nossos dados, o emprego de *senhor/a* não demonstra um distanciamento ocasionado pelo pronome de tratamento formal relacionado ao ambiente da *rua* (Wierzbicka, 1991: 108). Acreditamos que chamar alguém da família de *senhor* e *senhora* é um costume que tende a se reduzir e a ser dissipado na sociedade brasileira, pois ele já se faz de modo intercalado do pronome de tratamento *você* na sociedade brasileira.

Ressaltamos que, apesar de nem todos os informantes terem respondido que entre os membros de suas famílias haja essa convenção sobre o uso de *senhor* e *senhora* como pronome de tratamento empregado ao se referir aos parentes mais velhos, o desuso destes termos não é interpretado como falta de respeito aos parentes mais velhos da família e vemos o emprego de *você* como uma forma de tratamento que também faz parte de um costume da família atual.

4.7

O emprego do léxico pertencente à família com pessoas com as quais os informantes não possuem relações consangüíneas

Para observarmos como é empregado o léxico pertencente ao ambiente da *casa*, elaboramos questões para detectarmos quais são as pessoas que são chamadas de *irmão/ã* pelos informantes, assim como no item 4.7.1, apresentamos os resultados relacionados ao emprego de *tio/a* com pessoas externas às relações consangüíneas e, no item 4.7.1, apresentamos o emprego do termo *primo/a*.

Nesta pesquisa, não podemos deixar de mencionar o emprego do termo *irmão*, na cultura brasileira, como já é citado no Dicionário Aurélio³ em que o termo *irmão* assume, na linguagem popular, o valor de companheiro, camarada, meu chapa e é empregado como vocativo com pessoas prestadoras de serviço, como garçons e frentistas, como no exemplo: *Vê se serve logo essa mesa, irmão!*

4.7.1

Pessoas da *rua* que são chamadas de *tio* e *tia* pelos informantes

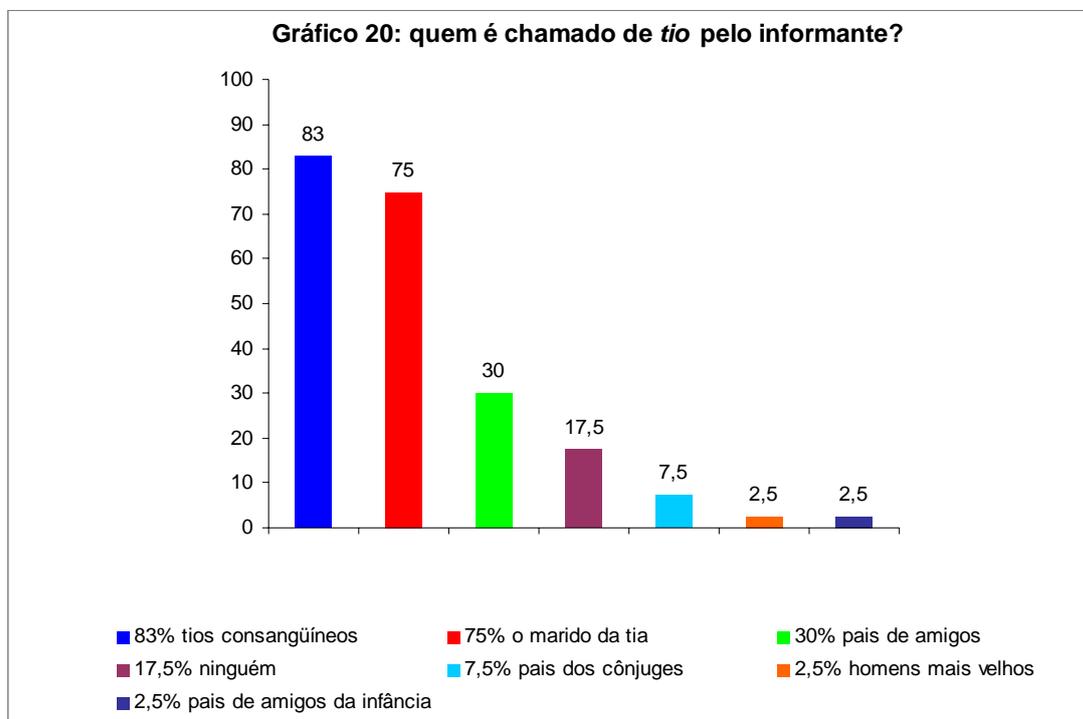
Com base em DaMatta (1997:20), acreditamos que, nós, brasileiros, “não somos efetivamente capazes de projetar a *casa* na *rua*, de modo sistemático e coerente, a não ser quando recriamos no espaço público o mesmo ambiente caseiro e familiar”. Sendo assim, através desta pesquisa, compreendemos o emprego de *tio* e *tia* como pronome de tratamento no ambiente da *rua* como uma demonstração de intimidade (Wierzbicka, 1991: 105) com pessoas com as quais os informantes não têm relações de parentesco e, em alguns casos, a proximidade (Wierzbicka, 1991: 108) ocasionada pela intimidade que pode levar os informantes a considerarem estas pessoas como membros de suas famílias.

Segundo Wierzbicka, a intimidade ocorre quando mantemos sentimentos positivos por alguém e os demonstramos; reportando-nos à cultura brasileira, acreditamos que o emprego de *tio/a* como pronome de tratamento assume este valor social. Desse modo, elaboramos as questões “quem você chama de tio?” e

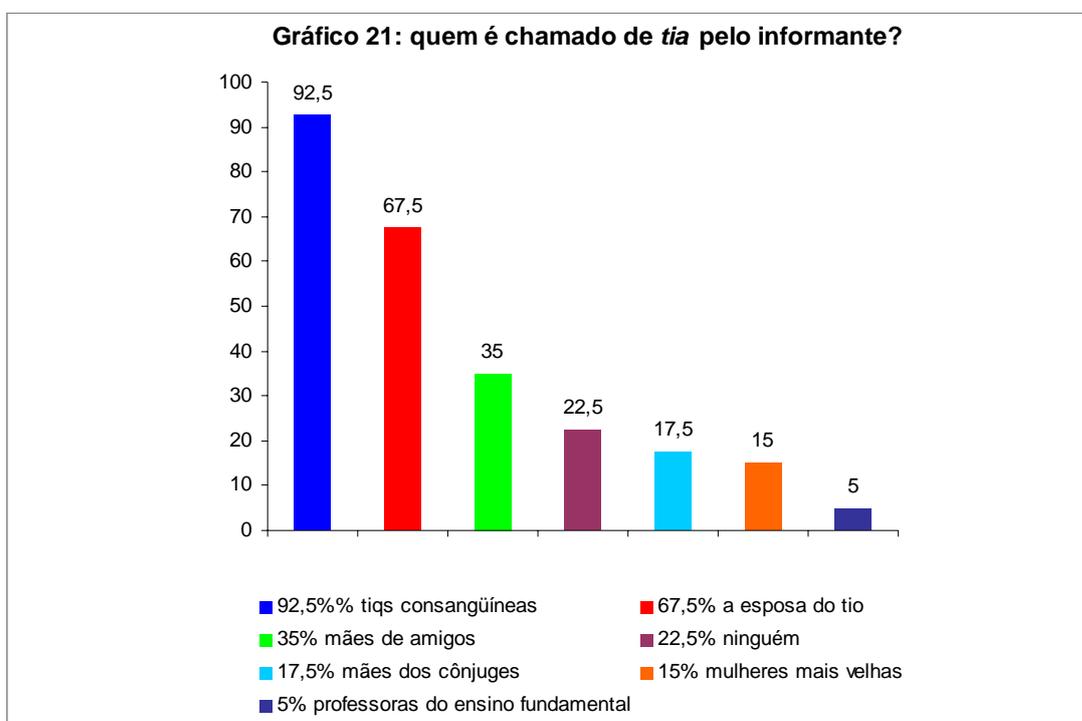
³FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.0*. 3ª edição. Curitiba: Positivo Informática LTDA, 2004.

“quem você chama de tia?” para descobrirmos quem são as pessoas que não pertencem à família consanguínea do informante e recebem este tratamento íntimo. Sobre a pergunta relacionada ao termo *tio*, 82,5% responderam que chamam alguém dessa forma e 17,5%, não chamam e, sobre a pergunta do termo *tia*, 77,5% chamam alguém e 22,5%, não chamam.

No gráfico 20, encontramos os dados relacionados ao emprego do termo *tio*, sendo que. 83% dos informantes afirmam que o empregam com *tio* consanguíneo; com relação aos homens com os quais os informantes não possuem relações consanguíneas, temos os seguintes percentuais: 75% chamam de *tio* o marido da tia; 30%, os pais de amigos; 7,5%, os pais dos cônjuges; 2,5%, os homens mais velhos e 2,5%, os pais de amigos de infância. Ressaltamos que as questões analisadas neste item eram abertas e, com isso, os informantes podiam oferecer mais de uma resposta e apesar de não termos encontrado em nosso *corpus* o emprego de *tio/a* indicando sua aplicação com funcionários de escola, nem mesmo o seu uso por meninos de rua, lembramos que há ocorrência em grande quantidade na sociedade brasileira.



O perfil dos informantes que negam o uso de *tio* como pronome de tratamento com homens que não pertencem à sua família consangüínea apresenta os seguintes percentuais: 85,7% com idade entre 15 e 30 anos; 57,1% são mulheres; 85,7% são solteiros; 57,1% têm renda familiar mensal entre R\$2001,00; 71,5% concluíram o ensino médio; 43% são moradores do Grande Rio e 42,8% são católicos. Com relação ao uso de *tia*, como vemos no gráfico 21 a seguir, encontramos os seguintes percentuais: 92,5% chamam a tia consangüínea; 67,5% chamam de *tia* a esposa de tio; 35%, as mães de amigos; 17,5%, as mães dos cônjuges; 15%, as mulheres mais velhas e 5%, as professoras do ensino fundamental. Além desses dados, encontramos 22,5% dos informantes que não chamam nenhuma mulher de *tia*.



O grupo de informantes que não chamam de *tia* mulheres com as quais eles não possuem relações consangüíneas apresenta o seguinte perfil: 66,6% têm idade entre 15 e 30 anos; 55,5% são homens; 66,6% são solteiros; 44,5% têm renda familiar mensal entre R\$2001,00 e R\$4000,00; 55,6% são do grande rio e 55,5% protestantes. Através da observação do contraste entre as respostas e as categorias de análise aplicadas nesta pesquisa, podemos observar que os moradores do Grande Rio e os protestantes demonstram uma tendência ao

emprego de *tia* com mulheres com as quais não possuem relações consangüíneas, em oposição às categorias relacionadas a moradias em outras áreas do Rio de Janeiro e outras religiões.

Ainda com relação às categorias de análise aplicadas, encontramos as categorias compostas por informantes que têm renda familiar mensal superior a R\$4000,00 e a dos informantes que concluíram apenas o ensino fundamental, com 100% dos seus componentes respondendo que empregam *tio* e *tia* com pessoas com as quais não há relações de parentesco por consangüinidade. Além disso, compreendemos o uso de *tio/a* com os pais dos cônjuges como uma atitude que é mais realizada por jovens do que por pessoas que possuem idade entre 31 e 50 anos, pois observamos que, entre os 7 informantes que chamam os pais do cônjuge de *tio/a*, apenas 2 têm idade entre 31 e 50 anos.

Logo, através da análise dos dados, podemos observar que, nas duas questões sobre o uso de *tio/a* com pessoas pertencentes ao ambientes da *rua*, tivemos o maior percentual de informantes empregando o termo com homens, porém os informantes que empregam *tia* como pronome de tratamento ao se referir às mulheres com as quais não possuem relação consangüínea apresentam maiores percentuais indicando o uso de *tia* com diferentes mulheres incluídas nas subcategorias apresentadas na análise. Ressaltamos novamente que, pelas perguntas terem sido abertas, encontramos nas respostas subcategorias diferentes quanto ao emprego de *tio* e *tia*, mas elas são equivalentes em número.

Ao analisarmos os dados obtidos através da questão sobre o uso de *tio/a* como pronome de tratamento com pessoas externas às relações consangüíneas, realizado pelos informantes, podemos concluir que o emprego demonstra, na cultura brasileira, a intimidade (Wierzbicka, 1991: 105) entre os informantes e estas pessoas, pois segundo a autora, a presença da intimidade deve-se ao fato de o falante ter uma relação afetiva com o ouvinte e demonstrá-la através da linguagem. Compreendemos que a intimidade é uma tentativa de trazer o ambiente da *casa* para a *rua*, pois como DaMatta (1997:17) afirma, “preferimos *englobar a rua na casa*, tratando a sociedade brasileira como se ela fosse uma “grande família”, vivendo “debaixo de um amplo e generoso teto”, (grifos do autor).

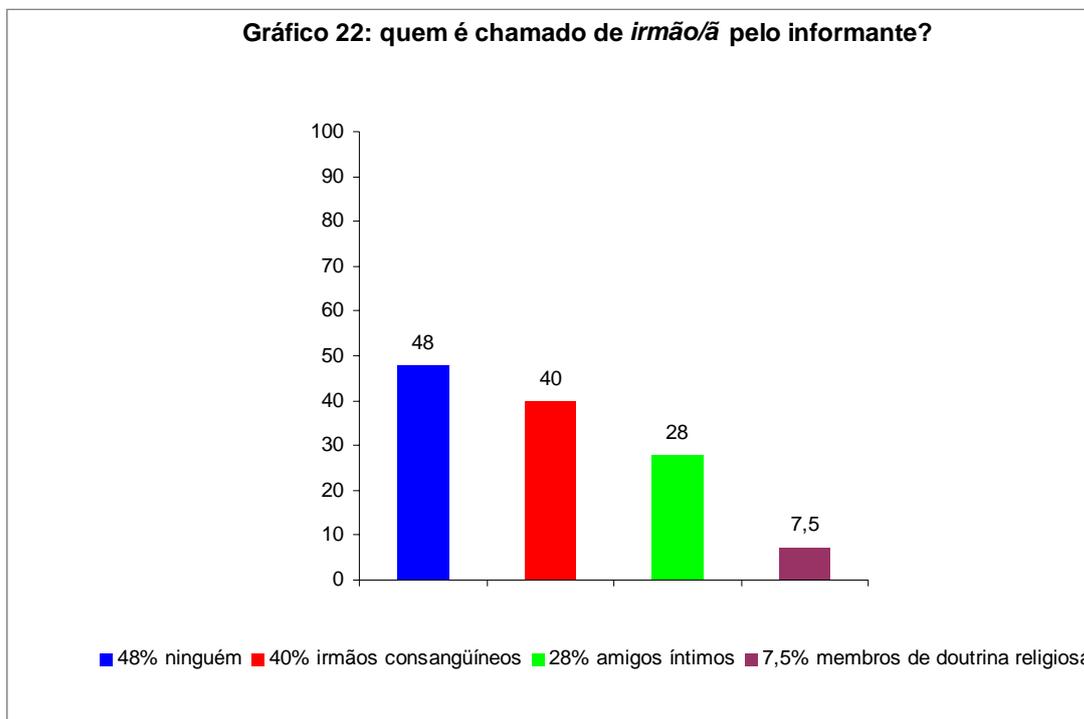
Desse modo, concluímos com base nos dados das questões analisadas neste item e as questões analisadas no item sobre a auto-percepção da família do

informante, que um dos critérios para a inclusão de membros na família através dos graus de parentesco formados por afinidade, ou seja, por elos de solidariedade orgânica (Lévi-Strauss,1973: 554) é a existência de intimidade. Observamos, porém que, além deste fator também deve existir a proximidade (Wierzbicka, 1991: 108), pois nem sempre as pessoas chamadas de *tio/a* são consideradas pelos informantes como membros de sua família.

4.7.2

Quem é chamado de irmão/ irmã pelos informantes

Ao questionarmos os informantes sobre o emprego do termo *irmão/ã* com pessoas externas ao ambiente da *casa*, coletamos respostas abertas e encontramos os seguintes dados: 40% dos informantes chamam seus irmãos consangüíneos; 28%, os amigos íntimos; 7,5%, os membros da mesma doutrina religiosa e 48%, ninguém, como vemos no gráfico 22, abaixo.



No grupo formado por informantes que chamam seus irmãos consangüíneos de *irmãos*, destacamos os seguintes percentuais: 56,2% têm entre 15 e 30 anos; 62,5% são homens; 68,7% são solteiros; 37,5% têm renda familiar

mensal superior a R\$4000,00; 43,7% concluíram o ensino médio e 56,2% são católicos. Com relação ao perfil dos informantes que chamam seus amigos íntimos de *irmãos/ãs*, destacamos os seguintes percentuais: 63,6% têm idade entre 15 e 30 anos; 63,6% são homens; 81,8% são solteiros e 63,6% são católicos, além disso, observamos que neste grupo não encontramos percentuais em destaque sobre a renda familiar mensal, nem a moradia dos informantes.

O grupo de informantes que não chamam ninguém, nem mesmo seus irmão consangüíneos de *irmão/ã* apresenta os seguintes percentuais, em destaque: 57,8% têm entre 15 e 30 anos; 63,1% são mulheres; 78,9% são solteiros; 47,3% têm renda familiar mensal entre R\$2001,00 e R\$4000,00; 73,6% concluíram o ensino médio; 47,3% são moradores da zona oeste e 42,1% são católicos. Sobre o grupo que chama de *irmão/ã* os membros da igreja evangélica, encontramos os perfis em destaque: 66,6% têm idade entre 15 e 30 anos; 66,6% são homens; 66,6% são solteiros; 66,6% têm o ensino superior e 66,6% são moradores do grande rio.

Observamos que, 81,8% dos informantes da categoria dos moradores da zona oeste não chamam ninguém de *irmão/ã* e destacamos que 66,6% dos informantes com renda familiar mensal superior a R\$4000,00 chamam seus irmãos consangüíneos de *irmão/ã*. Ressaltamos que, 100% dos informantes que chamam os membros da mesma religião de *irmão/ã* são seguidores do protestantismo. Além disso, podemos observar que o emprego de *irmão/ã* é mais comum entre os informantes do sexo masculino e solteiros e que os informantes casados e do sexo feminino tendem a não empregar o termo, mesmo com seus irmãos consangüíneos.

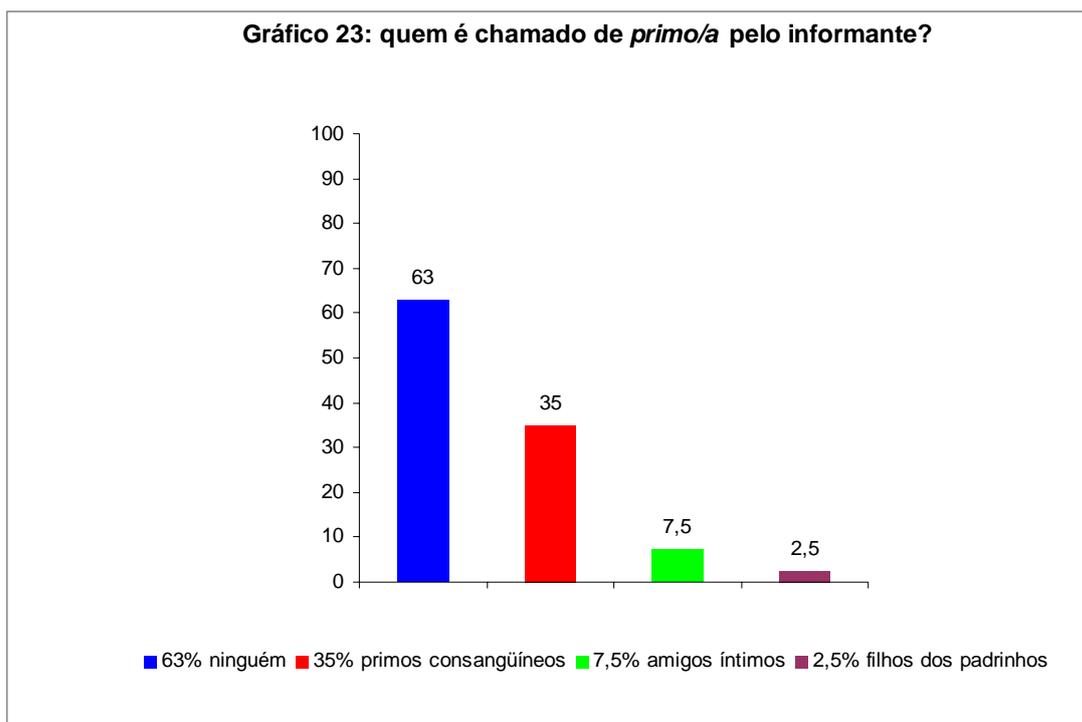
Vemos então que quase 50% dos informantes não chama de *irmão/ã* nem os irmãos consangüíneos, porém, segundo DaMatta (1997:20) e Wierzbicka (1991: 105), o uso se faz presente entre os informantes e seus amigos íntimos e membros da igreja evangélica, o que confirma nossa hipótese sobre o uso do léxico pertencente à família com pessoas externas ao ambiente da *casa*. Assim como foi exposto no item relacionado ao uso de *tio/a* com pessoas externas à família, compreendemos que chamar alguém de *irmão/ã* também não faz com que os informantes considerem estas pessoas como membros da família e sim, demonstra intimidade (Wierzbicka, 1991: 105).

No entanto, mesmo que tenhamos construído uma hipótese sobre o emprego do léxico pertencente ao ambiente da *casa*, considerando este emprego como presente na cultura brasileira, observamos que os percentuais de emprego do léxico são muito elevados. É possível que, os resultados evidenciem altos percentuais devido à formulação da questão “você chama alguém de *irmão* ou *irmã*?”, pois talvez alguns informantes possam ter compreendido a questão como *quem você considera como seu irmão*, mesmo que no momento da aplicação do questionário, nós preferimos dar exemplos como *você chama alguém de irmão... por exemplo, seu irmão, quando você o cumprimenta, você diz: – Oi irmão, tudo bem?*

4.7.3

Quem é chamado de *primo/a* pelos informantes

Dando prosseguimento à pesquisa do emprego do léxico pertencente ao ambiente da *casa*, elaboramos a questão “quem você chama de *primo* ou *prima*?”, com a finalidade de encontrarmos dados marcadores de com quais pessoas os informantes empregam o termo como pronome de tratamento. Ao responderem à questão, observamos os informantes divididos entre os seguintes percentuais: 35% responderam que chamam seus primos; 7,5%, seus amigos íntimos; 2,5%, os filhos de padrinhos e 63%, ninguém, como podemos ver no gráfico abaixo.



No grupo composto por informantes que chamam seus primos consangüíneos de *primo/a*, encontramos os seguintes percentuais em destaque: 64,2% têm idade entre 15 e 30 anos; 57,1% são homens; 71,4% são solteiros; 42,8% concluíram o ensino médio e 35,7% têm renda familiar mensal até R\$1000,00. Com relação ao perfil dos informantes que chamam seus amigos íntimos de *primo/a*, 100% têm entre 15 e 30 anos; 66,6% são mulheres; 100% são solteiros; 66,6% têm renda familiar mensal até R\$1000,00, concluíram o ensino fundamental e são moradores do Grande Rio. No grupo composto por informantes que não chamam ninguém de *primo/a*, encontramos os seguintes percentuais: 52% têm idade entre 31 e 50 anos; 52% são mulheres; 72% são solteiros; 40% têm renda familiar mensal entre R\$2001,00 e R\$4000,00; 64% concluíram o ensino médio; 32% são moradores da zona oeste e 52% são católicos.

Encontramos apenas uma informante que chama os filhos dos padrinhos de *primo/a*, com o seguinte perfil: tem entre 15 e 30 anos; é do sexo feminino; solteira; tem renda familiar mensal entre R\$2001,00 e R\$4000,00; concluiu o ensino médio é moradora da zona norte e católica. A informante afirma ainda que não tem nem tios nem primos e além disso, ao comparamos a sua resposta da questão sobre a auto-percepção da sua família, expostos no item X, podemos concluir que, os padrinhos da informante e os filhos deles foram englobados na

família desta informante através do grau de parentesco formado por afinidade (Lévi-Strauss, 1973:554).

Podemos concluir então que há uma maior tendência ao uso de *primo/a* com primos consangüíneos por informantes com idade entre 15 e 30 anos, solteiros, com renda familiar mensal até R\$1000,00 e por informantes que concluíram apenas o ensino fundamental. Além disso, encontramos 100% dos informantes que concluíram apenas o ensino fundamental afirmando que chamam de *primo/a* os seus primos consangüíneos. Observamos que os informantes com renda familiar mensal inferior a R\$1000,00, com ensino fundamental, solteiros e com idade entre 15 e 30 anos tendem a chamar de *primo/a* os amigos íntimos. Ressaltamos que 72,2% dos informantes com idade entre 31 e 50 anos não chamam ninguém de *primo/a*.

Ao compararmos o emprego de *tio/a*, *irmão/ã* e *primo/a*, observamos que o percentual de emprego destes termos decresce, nesta ordem, tanto com parentes consangüíneos como com pessoas com as quais os informantes não possuem relações consangüíneas. Concluimos que, mesmo havendo poucos informantes chamando de *primo/a* pessoas com as quais não possuem relações consangüíneas, o emprego deste termo é uma demonstração de intimidade (Wierzbicka, 1991: 105). Assim, somando todos os dados relacionados ao uso de *tio/a*, *irmão/a* e *primo/a* podemos observar que nossa hipótese sobre o emprego do léxico pertencente à família foi confirmada.

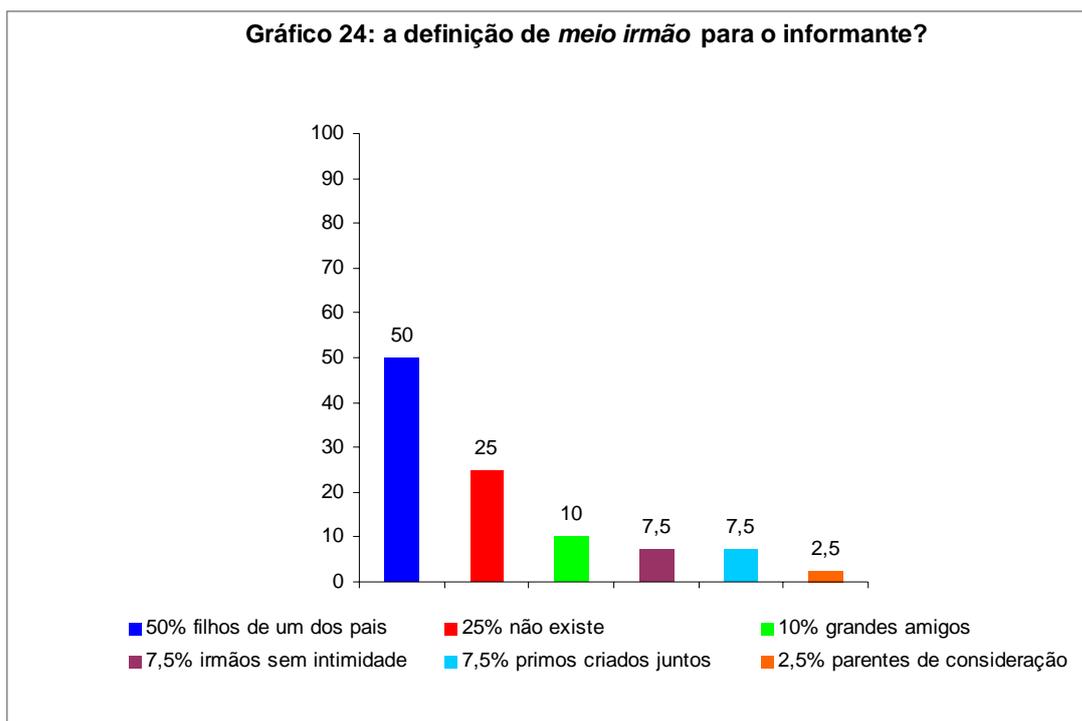
4.8

O meio irmão

Com o intuito de descobrirmos as variedades do emprego do léxico relacionado à família e seus significados, buscamos identificar o uso da expressão *meio irmão*, na sociedade brasileira e, para isso, elaboramos as questões “o que é meio irmão para você?” e “você apresentaria seu meio irmão a alguém como meio irmão?”. Ressaltamos que, estas perguntas têm o propósito de verificar como o brasileiro define suas relações de parentesco e se o emprego do léxico proveniente do ambiente da família determina ou não a inclusão de membros externos às relações consangüíneas dos informantes. Além disso, buscamos verificar se os informantes ao empregarem o termo *meio irmão* com pessoas com as quais

possuem relações consangüíneas, o uso da expressão demonstra proximidade ou distanciamento (Wierzbicka, 1991: 108) entre os componentes da família brasileira.

Na questão “o que é meio irmão para você?”, encontramos as seguintes respostas, como vemos no gráfico 24: 50% afirmam que são os filhos de um dos pais; 25% não consideram o termo como existente; 10%, os grandes amigos; 7,5%, os primos criados juntos com o informante; 7,5%, os irmãos sem intimidade e 2,5%, os parentes de consideração. Os informantes que negam a existência da expressão apresentam o seguinte perfil em destaque: 70% têm entre 31 e 50 anos; o grupo é dividido pela metade entre homens e mulheres; 60% são casados e 50% têm o ensino superior e de acordo com os dados, podemos concluir que os brasileiros com idade entre 31e 50 anos, casados e com ensino superior tendem a não considera a expressão *meio irmão* como existente.



O grupo de informantes que indicam o emprego da expressão no cotidiano da sociedade brasileira pode ser dividido em: um grupo que compõe 65% do total de informantes que afirma ser a expressão empregada por pessoas entre as quais há uma relação de consangüinidade e 12,5% do total dos informantes que definem a expressão sendo empregada com amigos e parentes de

consideração. Ressaltamos que, durante a aplicação da questão, os informantes puderam optar por oferecerem respostas afirmando o uso da expressão ou não, o que era excludente, mas ao darem respostas afirmativas, eles eram livres para oferecerem mais de uma resposta e sendo assim, encontramos um informante incluído em dois grupos.

Sobre o perfil do grupo que afirma o uso de *meio irmão* com amigos e parentes de consideração, encontramos os seguintes percentuais em destaque: 100% têm o ensino médio; 100% têm renda mensal inferior a R\$4000,00; 100% são católicos; 60% têm idade entre 15 e 30 anos; 60% são mulheres; 60% são solteiros e 60% são da zona norte. Ressaltamos que, os percentuais relacionados à moradia indicam que os informantes estão distribuídos em todas as áreas do Estado do Rio de Janeiro, o que indica que o emprego de *meio irmão* é realizado em grande quantidade pela população.

Através destes dados, podemos concluir que, o emprego de *meio irmão* com pessoas entre as quais não há relações consangüíneas ocorre com maior frequência entre brasileiras com idade entre 15 e 30 anos, solteiras, católicas, da zona norte, com ensino médio e renda familiar mensal inferior a R\$4000,00.

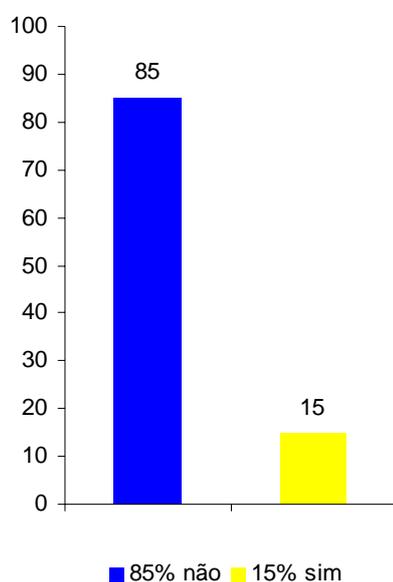
Encontramos no perfil em destaque do grupo que afirma o uso da expressão entre pessoas com relações consangüíneas os seguintes percentuais: 88,4% solteiros; 61,5% com idade entre 15 e 30 anos; 57,6% têm ensino médio; o grupo é dividido pela metade do grupo entre homens e mulheres; 38,4% com renda familiar mensal entre R\$2001,00 e R\$4000,00.

Destacamos que, em relação às categorias de análise, encontramos 75% dos informantes com ensino fundamental incluídos neste grupo; 66,6% dos informantes que possuem renda familiar mensal superior a R\$4000,00 e 61,5% dos informantes com ensino superior. Podemos concluir então que, há uma tendência maior entre os brasileiros entre 15 e 30 anos de idade, solteiros e com renda superior a R\$2000,00 a considerar alguém com relação consangüínea como *meio irmão*.

Ressaltamos que 20% do total de informantes reconhecem o emprego de *meio irmão* por pessoas que não apresentam, por consangüinidade, grau de parentesco fraternal, como primos, parentes de consideração e amigos muito próximos e 50% do total dos informantes empregam a expressão quando há casos em que os filhos são irmãos consangüíneos por terem um genitor em comum. Ao

responderem “você apresentaria o seu *meio irmão* como seu *meio irmão*?”, temos 85% dos informantes negando o emprego da expressão em situação de apresentação e 15%, afirmando. O grupo que afirma que apresentaria alguém como *meio irmão*, 50% reconhecem o uso entre primos; 16,7%, entre irmãos que possuem um genitor em comum; 16,7%, entre irmãos sem intimidade e 16,6%, entre amigos muito próximos.

Gráfico 25: os informantes apresentariam alguém como seu *meio irmão* ?



Indicamos que, durante a pesquisa, identificamos informantes que nos ofereceram significados diferentes sobre a expressão *meio irmão*, pois como vemos abaixo, nos exemplos retirados da transcrição da aplicação do questionário no grupo 1, os informantes afirmam que *meio irmão* corresponde a quase irmão, enquanto no grupo 2, a expressão corresponde a uma maneira de exprimir que há uma relação consangüínea determinada apenas por um genitor em comum. Além destas ocorrências, encontramos o informante 24 que responde que *meio irmão* tem relação consangüínea definida como fraterna, porém, entre os irmãos, não há grau de proximidade (Wierzbicka, 1991: 108), o que podemos observar em “é difícil responder porque não tenho esse caso... eu tenho um irmão por parte de pai que eu não convivo com ele então, é um meio irmão.”

Grupo 1

P: ótimo... o que é meio irmão para você?

I1: o amigo que eu conheci desde pequena ... que eu cresci junto.

P: você apresentaria o seu meio irmão a alguém como seu meio irmão?

I1: não... falaria meu amigo... praticamente meu irmão.

P: o que é meio irmão?

I5: eu tenho um primo que foi criado comigo que eu chamo de meio irmão.

P: o que é meio irmão?

I20: para mim, é quem você considera como irmão, mas que não é da sua família.

Grupo 2

P: o que é meio irmão?

I14: é quando você tem pais separados e de um outro casamento, eles tivessem outros filhos, esse filho seria meu meio irmão.

P: o que é meio irmão?

I18: filho de um dos nossos pais... não dos dois... com outra pessoa.

P: o que é meio irmão?

I25: é o irmão só do filho do meu pai... vamos supor.

Com base na análise dos dados expostos, identificamos a expressão *meio irmão* como uma variedade do léxico pertencente à família e podemos detectar então que o emprego desta expressão assume diferentes significados, como evidenciar um grau de distanciamento (Wierzbicka, 1991: 108) existente na relação entre irmãos que possuem os mesmos pais, assim como demonstrar apenas que irmãos possuem um dos genitores em comum. Além disso, a expressão também pode ser empregada para ratificar maior grau de proximidade (Wierzbicka, 1991: 108) entre primos e deste modo, identifica a relação entre eles como fraternal. Ademais, a expressão pode evidenciar a inclusão de membros, como amigos muito próximos e parentes de consideração na família brasileira provenientes de graus de parentesco gerados por solidariedade orgânica (Lévi-Strauss, 1973: 554). Deste modo, concluímos que a nossa hipótese sobre a inclusão de membros externos às relações consangüíneas foi reforçada através dos dados analisados sobre o emprego de *meio irmão* na sociedade brasileira.

4.9

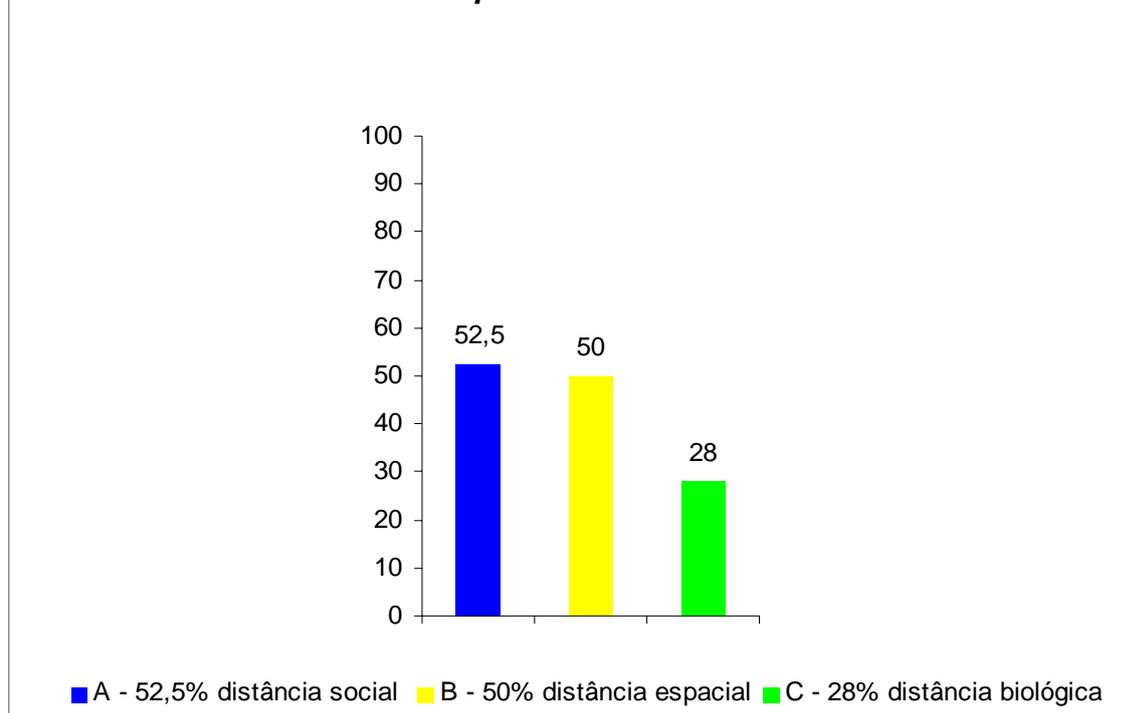
O parente distante

Ao questionarmos os informantes com a pergunta “o que é parente distante?”, buscamos verificar como a expressão é empregada pelos brasileiros e como respostas encontramos as seguintes respostas: 50% dos informantes afirmam que são parentes que moram longe; 35%, parentes com os quais não há muito contato; 15%, parentes com relação consanguínea distante; 13%, parentes de segundo, terceiro e quarto graus; 5% parentes desconhecidos; 5% parente com quem não há boa relação afetiva; 5% parente com quem só há relação consanguínea e 2,5% parente com quem a relação não é de família.

Ressaltamos que se trata de uma pergunta aberta e os informantes puderam oferecer mais de uma resposta. Ao analisarmos os dados, não encontramos percentuais relevantes sobre o perfil dos informantes e separamos as respostas em três grupos distintos, como vemos no gráfico 25 abaixo, de acordo com a definição de parente distante:

- A. 35% são os parentes com os quais não há muito contato; 5% são os parentes desconhecidos; 5% são aqueles com os quais não há uma boa relação afetiva; 5% aqueles com os quais só há relação consanguínea e 2,5% são os parentes com os quais a relação não é de família;
- B. 50% são aqueles que moram longe;
- C. 15% são os que possuem relações consanguíneas distantes e 13% são os parentes de segundo, terceiro e quarto graus.

Gráfico 26: qual é a distância que determina o que é *parente distante*?



Como podemos observar, encontramos três grupos de respostas distintas, no grupo A, temos uma definição relacionada ao distanciamento (Wierzbicka, 1991: 108) ocasionado pelo fator social e pela ausência de intimidade entre os membros da família (Wierzbicka, 1991: 105), enquanto no grupo B, encontramos índices que indicam apenas a distância espacial e já no grupo C temos a distância biológica, por consangüinidade. Observamos que há maiores percentuais de respostas pertencentes ao grupo A (52,5%), que indicam que os informantes tendem a compreender como parente distante, o membro da família com o qual não há muita proximidade (Wierzbicka, 1991: 108), mas não podemos deixar de ver a relevância dos dados inseridos nos grupos B (50%) e C (28%).

Com base nos dados expostos neste item, podemos detectar que a expressão *parente distante* é empregada com três significados distintos, pois suas definições variam de acordo com o distanciamento que o falante quer evidenciar, podendo ser social, espacial e biológico. Podemos observar que os dados indicam que o emprego da expressão não ocorre com pessoas as quais fazem parte da família através de parentesco espiritual (Burguière, 1986: 238). Sendo assim, identificamos que os brasileiros tendem a empregar esta expressão proveniente do léxico da família apenas com os membros com as quais possuem relações

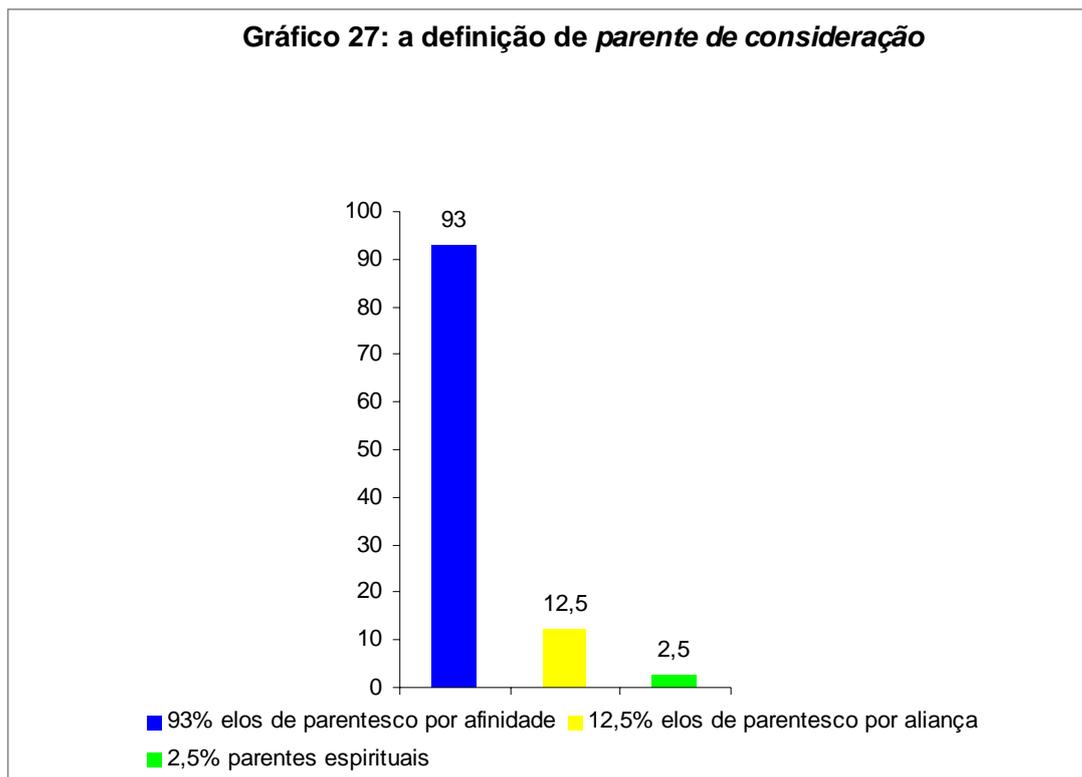
consangüíneas, sendo elas próximas ou não e a expressão assume um valor de diferenciador das relações de distanciamento em oposição à proximidade com outros membros da família.

4.10

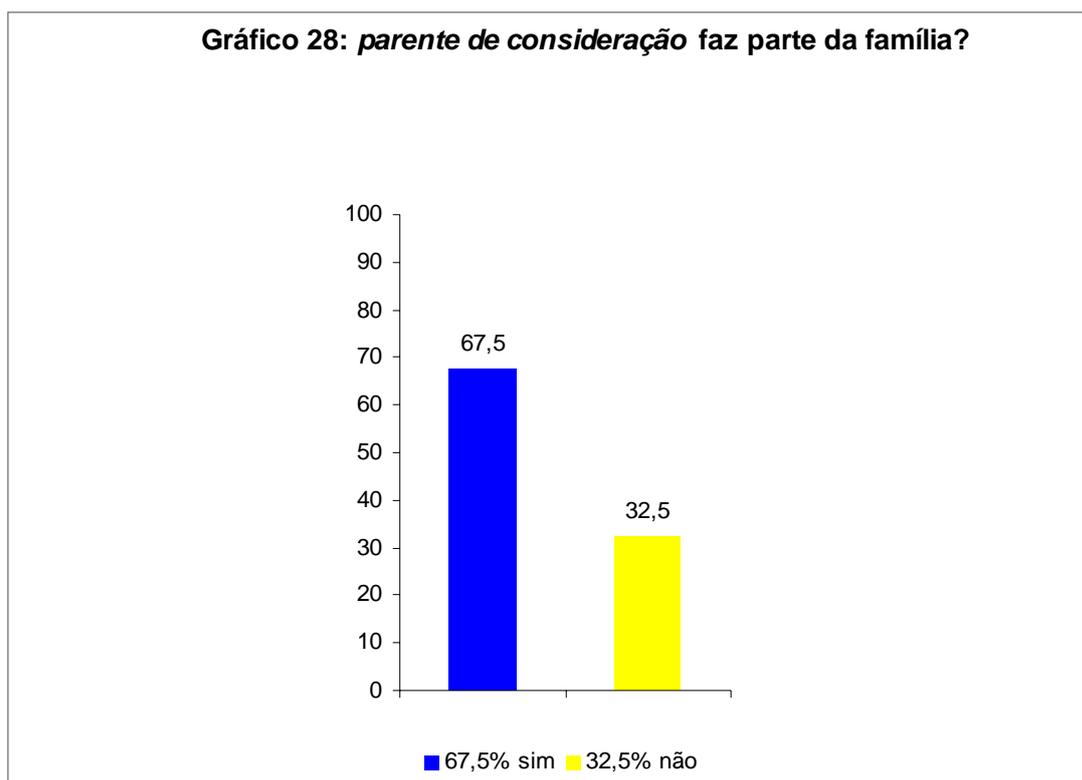
O parente de consideração

Ao aplicarmos as questões “o que é parente de consideração?” e “o parente de consideração faz parte da família?”, buscamos descobrir como os brasileiros empregam a expressão e se ao empregá-las com pessoas externas à família consangüínea, indicam que um membro da família foi inserido através dos elos de parentesco de afinidade (Lévi-Strauss, 1973: 554). No gráfico 26, encontramos os dados da definição oferecida pelos informantes e encontramos: 60% informantes que indicam o emprego da expressão para se referirem a amigos muito próximos; 13%, pessoas que moraram na casa de parentes; 10%, pessoas que participaram da infância; 10%, parentes de seus parentes; 5%, padrastos; 5% responderam que parentes de consideração não existem; 2,5%, os filhos dos padrastos; 2,5%, parente dos cônjuges anteriores; 2,5%, padrinhos e 2,5% cunhados. Ressaltamos que a pergunta “o que é parente de consideração” é aberta e os informantes podiam oferecer mais de uma resposta.

Podemos dividir as respostas dos informantes em dois grupos distintos: o grupo de respostas que indicam o emprego da expressão com pessoas unidas através de elos de parentesco por afinidade (Lévi-Strauss, 1973: 554), que tem 93% dos informantes oferecendo estas definições (60%, amigos muito próximos; 13%, pessoas que moraram na casa de parentes; 10%, pessoas que participaram da infância; 10%, parentes de seus parentes) e o grupo de respostas que indicam o uso de *parente de consideração* com pessoas advindas de elos de parentesco por aliança (Lévi-Strauss, 1973: 554), composto por 12,5% dos informantes (5%, padrastos; 2,5%, os filhos dos padrastos; 2,5% cunhados e 2,5%, parente dos cônjuges anteriores). Além desses dois grupos, encontramos um informante que afirma que a expressão é empregada com parentes espirituais (Burguière, 1986: 238), os padrinhos (2,5%).

Gráfico 27: a definição de *parente de consideração*

Ressaltamos que, com relação às questões sobre o emprego da expressão *parente de consideração*, não encontramos diferenças no perfil dos informantes que possam ser consideradas como relevantes e serem destacadas nesta pesquisa. Ao responderem à questão “*parente de consideração* faz parte da família?”, encontramos 67,5% informantes afirmando, enquanto 32,5%, negam, como podemos ver no gráfico 28 abaixo. Destacamos que, entre os 13 informantes que negam a inclusão de *parente de consideração* na família, 38,4% definem como *parente de consideração* os amigos muito próximos; 23%, os parentes de parentes; 15,3%, pessoas que participaram da infância; 15,3% afirmam que não existe *parente de consideração*; 7,7%, pessoas da família do cônjuge anterior e 7,7%, pessoas que moraram na casa de parentes. Observamos que, entre os 13 informantes que negam a inclusão dos *parentes de consideração* na família, 12 informantes indicam que a expressão é empregada com pessoas entre as quais há relações de parentesco por afinidade e apenas um informante, por elos de parentesco formados por aliança que responde ser *parente de consideração* as pessoas que fazem parte da família do cônjuge anterior.



Com base nos dados expostos na análise, podemos detectar que a expressão *parente de consideração* é empregada entre pessoas unidas através de elos de afinidade e de aliança (Lévi-Strauss, 1973: 554) ou por serem parentes espirituais (Burguière, 1986: 238). Além disso, identificamos que o emprego da expressão não necessariamente indica que as pessoas consideradas como *parentes de consideração* são incluídas na família e pode apenas demonstrar afinidade e intimidade (Wierzbicka, 1991: 105) entre amigos muito próximos; parentes de parentes; pessoas que participaram da infância do informante; pessoas que são da família do cônjuge anterior e pessoas que moraram na casa de parentes dos informantes. Podemos observar então que a expressão é empregada em grande quantidade, porém nossa análise não evidencia que todo uso corresponde a uma maneira de mostrar que pessoas com as quais o informante não possui relações consangüíneas são incluídas na família brasileira.

4.11

Heteropercepção e auto-percepção da família brasileira

Tendo como propósito a análise das diferenças existentes entre as definições de famílias apresentadas pelos informantes, é preciso considerarmos as concepções de auto-percepção, de Barbosa (1992:127) e de heteropercepção, (Torre dos Santos, 2007:98), assim como Torre dos Santos (2007) trabalhou com a percepção do tempo intercultural. Segundo Barbosa (1992:127), a auto-percepção é vinculada a uma identidade auto-atribuída, o que se diferencia da heteropercepção, relacionada à identidade atribuída a um grupo (Torre dos Santos, 2007:98). Para contrastarmos os dados referentes às imagens auto-atribuídas dos informantes sobre suas famílias e às imagens atribuídas à família brasileira, aplicamos a questão: “quais são os membros da típica família brasileira?” com o propósito de detectarmos uma concepção de família na visão heteroperceptiva do informante sobre a sociedade brasileira e a questão: “quem são os membros de sua família?” para identificarmos a auto-percepção do informante sobre a sua família.

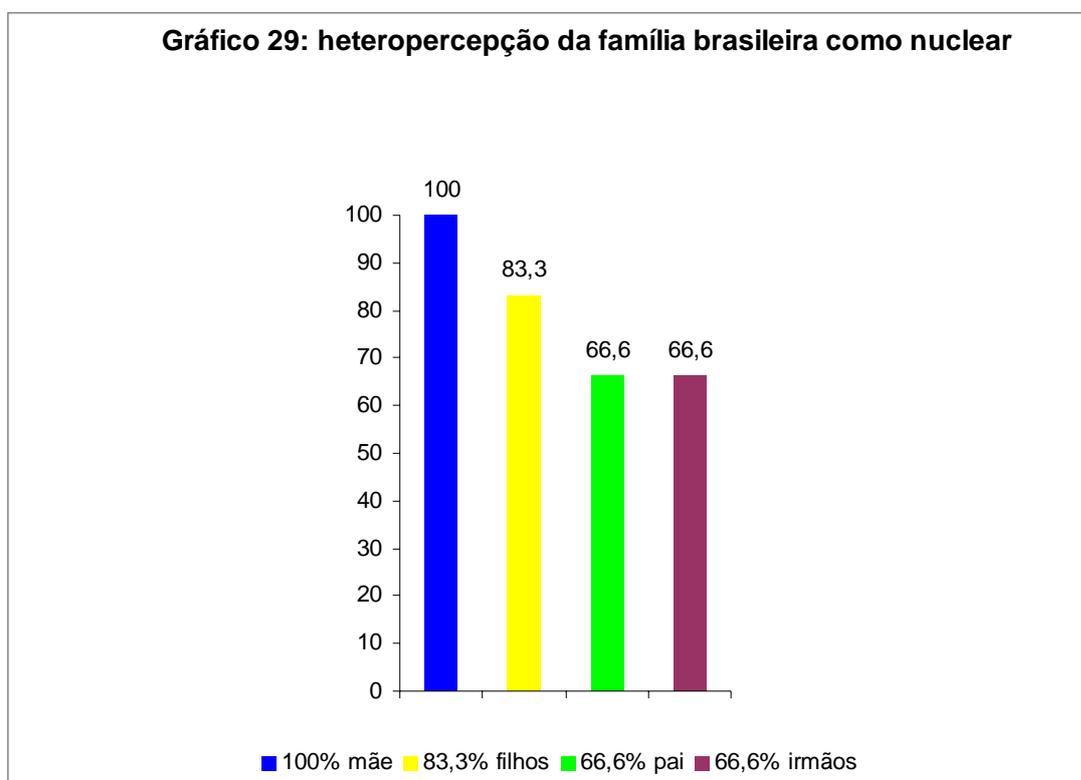
Ao analisarmos os dados coletados através das questões sobre heteropercepção e autopercepção da família brasileira, trabalhamos com três diferentes estruturas familiares, denominadas *família nuclear*, que apresenta na sua composição pai, mãe e filhos (Prado, 1985:19 & Barros, 1987:20); *família alargada*, que inclui na constituição da família parentes consangüíneos, além da *família nuclear*; e *família aberta*, que, além de ser constituída por parentes consangüíneos, inclusos na *família nuclear* e na *família alargada*, é composta por pessoas que não possuem relações consangüíneas e que são inseridas na família através de graus de parentesco formados por elos de afinidade, de acordo com Lévi-Strauss (1973:554).

4.11.1

Heteropercepção da família brasileira como nuclear

Ao analisarmos os dados obtidos através da questão sobre a heteropercepção da família brasileira, encontramos apenas 15% dos informantes que afirmam ser a família brasileira composta pela *família nuclear*. Observamos que o grupo que oferece essa definição da família brasileira apresenta a menor

presença de informantes, ao ser comparado aos outros dois grupos que se diferenciam quanto à definição de família brasileira. Este grupo é composto por 6 informantes e como vemos no gráfico 29, 100% incluem a mãe na constituição da família brasileira, 83,3% incluem os filhos, 66,6% incluem o pai, 66,6% incluem os irmãos. Ressaltamos que, dentro desse grupo, nenhum informante inclui na definição de família brasileira o cônjuge, ou seja, os informantes consideraram como resposta apenas as relações consanguíneas e não incluíram pessoas as quais passam a fazer parte da família através do matrimônio.



O perfil dos informantes deste grupo apresenta os seguintes percentuais em destaque: 50% com a idade entre 15 e 30 anos; 50%, entre 31 e 50 anos; 83,4% homens; 83,4% solteiros, 50% têm renda familiar mensal entre R\$2001,00 e R\$4000,00; 50% cursaram o ensino superior; 33,3% são moradores da zona sul; 33,3%, do grande rio; 33,3% católicos; 33,3% protestantes. Neste grupo, encontramos um destaque da presença de informantes homens (83,4%), assim como solteiros (83,4%), mas, apesar de encontrarmos percentuais iguais, os informantes são diferentes. Sobre a renda familiar, a metade do grupo possui

renda entre R\$2001,00 e R\$4000,00. Sobre o nível de instrução, este grupo apresenta a metade de seus componentes com o ensino superior.

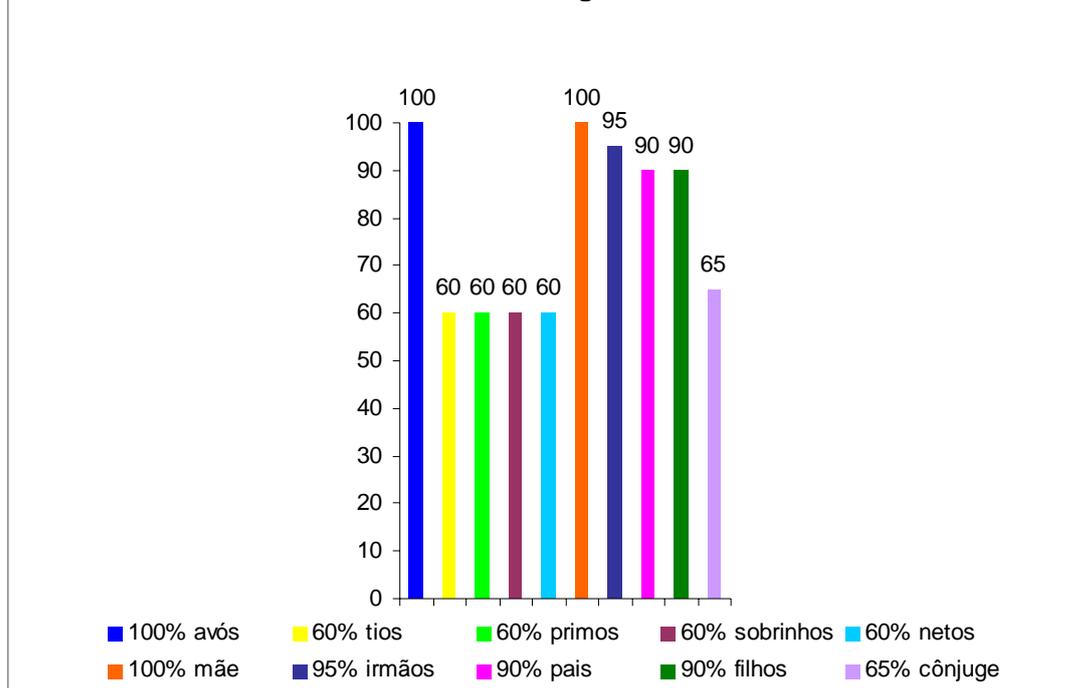
Ao analisarmos os informantes que oferecem uma visão heteroperceptiva da família brasileira a definindo como nuclear, não consideramos os dados relativos à moradia dos informantes nem suas religiões como relevantes, porém observamos que os brasileiros de diversas áreas da Cidade do Rio de Janeiro, do Estado do Rio de Janeiro e de várias religiões possuem esta visão heteroperceptiva da família brasileira embora haja uma concentração maior de moradores da zona sul, do grande rio, de católicos e de protestantes. Através dos dados, podemos propor que os brasileiros solteiros com renda familiar entre R\$2001,00 e R\$4000,00 e que concluíram o ensino superior tendem a perceber a família brasileira como nuclear.

4.11.2

Heteropercepção da família brasileira como alargada

Observamos que o grupo de informantes que, além de incluírem na definição da família brasileira os membros da *família nuclear*, adicionam pessoas que apresentam relações de parentesco por consangüinidade, é composto pela metade do total de informantes, ou seja, encontramos 20 informantes definindo a família brasileira como alargada. No gráfico 30, apresentamos as seguintes respostas: 100% dos informantes incluem os avós na família brasileira; 60%, os tios; 60%, os primos; 60%, os sobrinhos e 60%, os netos. Sobre a inclusão dos membros da *família nuclear* feita por este grupo, 100% incluem as mães; 95%, os irmãos; 90%, os pais; 90%, os filhos e 65%, os cônjuges. Ressaltamos que o cônjuge é incluído dentro da percepção dos informantes sobre a família brasileira, o que nos faz concluir que os informantes consideram este componente como um membro da família alargada e não, da nuclear.

Gráfico 30: heteropercepção da família brasileira como alargada



No perfil dos informantes deste grupo, encontramos os seguintes dados em destaque: 60% da faixa etária entre 15 e 30 anos; 50% mulheres; 65% solteiros; 40% têm renda familiar mensal superior a R\$4000,00; 30% têm renda familiar mensal entre R\$1001,00 e R\$4000,00; 30% renda familiar mensal inferior a R\$1000,00; 55% concluíram o ensino médio; 40% concluíram o ensino superior; 5% concluíram o ensino fundamental; 40% são moradores da zona oeste; 25% são moradores do grande rio; 25% são moradores da zona sul; 10% são moradores da zona norte; 50% são católicos. Sobre o estado civil, o maior percentual é de solteiros (65%). Sobre o nível de instrução, o maior percentual é do ensino médio (55%). Sobre a região do Rio de Janeiro, há grande percentual de moradores da zona oeste (40%). Além disso, destacamos que a metade do percentual dos informantes é composta por católicos.

Com relação à idade, destacamos que o perfil dos informantes que apresentam a heteropercepção da família brasileira como alargada apresenta maior percentual de pessoas com a faixa etária entre 15 e 30 anos (60%). Acerca da renda familiar mensal, observamos um dado relevante: apesar de o percentual dos informantes que possuem renda familiar mensal superior a R\$4000,00 ser apenas 22,5% do total dos informantes que responderam ao questionário, os informantes

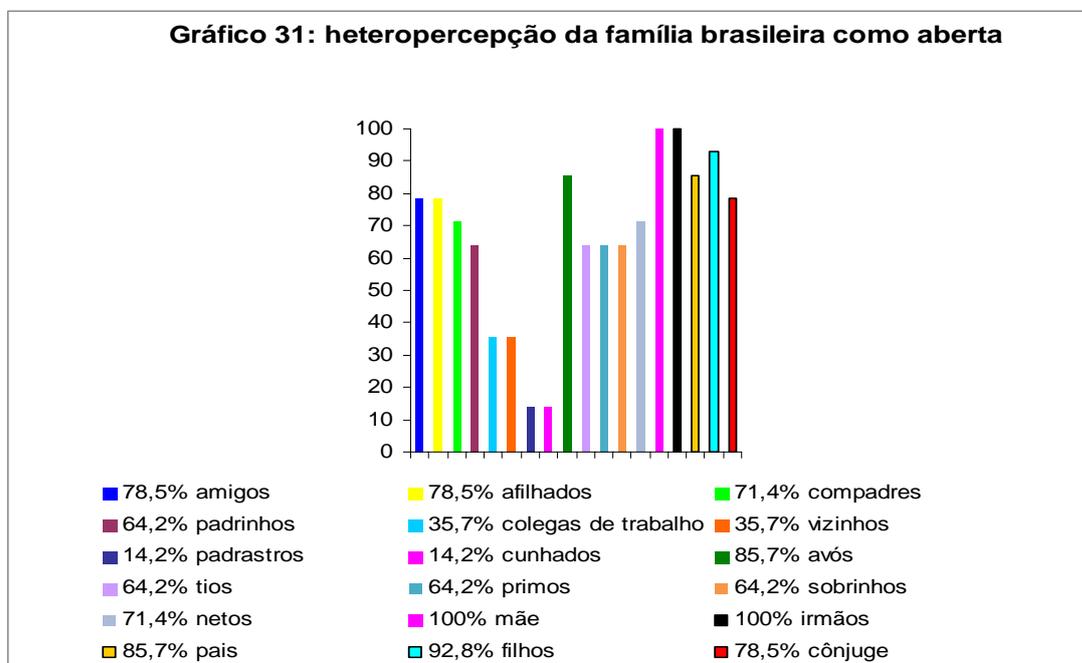
que apresentam essa renda familiar mensal se destacam por serem 40% do grupo que possui uma heteropercepção da família brasileira, definindo-a como alargada. Além disso, 88,8% do grupo de informantes que possuem renda familiar mensal superior a R\$4000,00 define a família brasileira como alargada e somente um informante deste grupo apresenta uma definição diversa.

4.11.3

Heteropercepção da família brasileira como aberta

O grupo que define a família brasileira como aberta é composto por 14 informantes que, além de incluírem a *família nuclear* e a família alargada nas definições de família brasileira, adicionam pessoas externas à relação de consangüinidade. Acreditamos que os informantes deste grupo incluem em suas famílias pessoas com as quais não possuem relações consangüíneas, criando assim graus de parentesco regidos pelos elos de afinidade. Este grupo apresenta o segundo percentual de todo o grupo de informantes (35%). A seguir, temos o gráfico 31, que expõe os dados coletados nas respostas dos informantes.

Gráfico 31: heteropercepção da família brasileira como aberta



Na composição da família brasileira aberta, 78,5% dos informantes incluem os amigos; 78,5%, os afilhados; 71,4%, os compadres; 64,2%, os padrinhos; 35,7%, os colegas de trabalho; 35,7%, os vizinhos; 14,2%, os padrastos e 14,2% os cunhados. Sobre os componentes da família alargada incluída na família brasileira aberta, 85,7% dos informantes incluem avós, 64,2%, tios, 64,2%, primos, 64,2%, sobrinhos e 71,4%, netos. Com relação aos membros pertencentes à *família nuclear* que são incluídos na definição da família brasileira como aberta, 85,7% dos informantes incluem os pais, 100%, as mães, 100%, os irmãos, 92,8%, os filhos e 78,5%, os cônjuges. Destacamos que a metade dos informantes pertence às duas faixas etárias da pesquisa; 64,3% mulheres; 78,5% solteiros; 57,2% têm renda familiar mensal entre R\$2001,00 e R\$4000,00; 71,4% têm o ensino médio; 50% são da zona norte; 50% são católicos.

4.11.4

Conclusão parcial sobre a heteropercepção da família brasileira

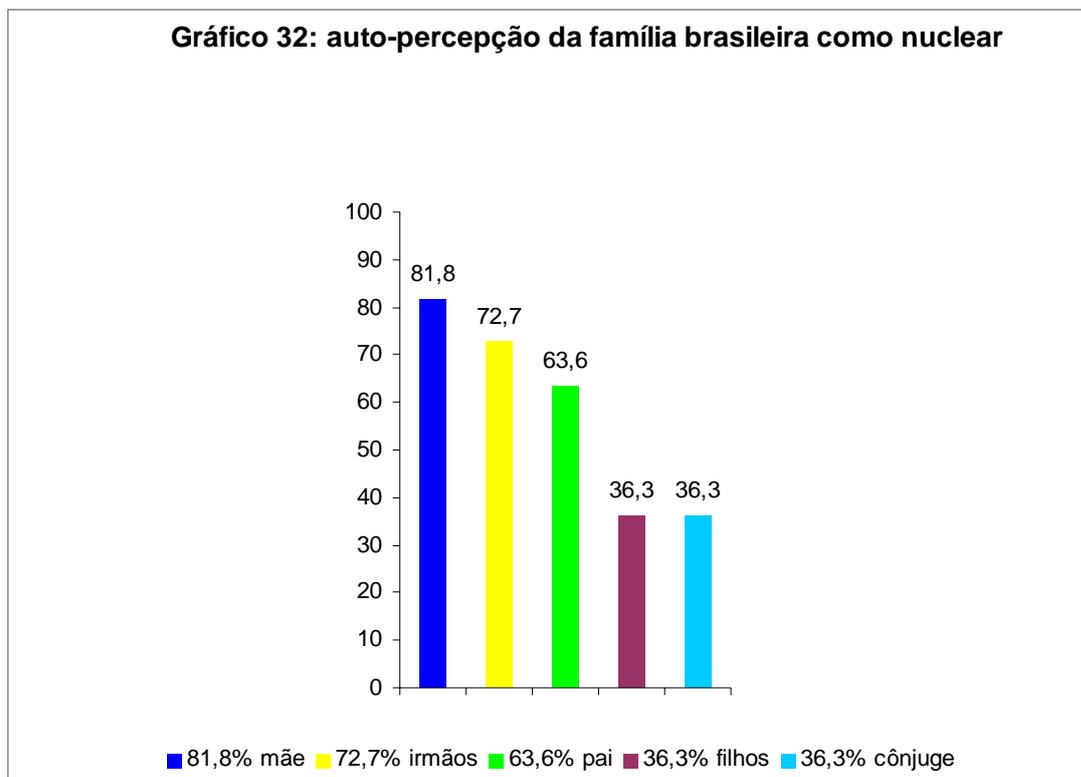
Visto que encontramos os informantes divididos nos seguintes percentuais: 50% definem a família brasileira como alargada; 35%, como aberta e 15%, como nuclear, ressaltamos que a quantidade de informantes que atribuem uma visão heteroperceptiva sobre a família brasileira composta por pessoas unidas por relações consangüíneas e por graus de parentesco gerados por afinidade é maior do que aqueles que definem a família brasileira, apresentando em sua composição a família nuclear. Sendo assim, concluímos que há uma maior tendência por parte dos brasileiros a considerarem como membros da família brasileira pessoas que possuem graus de parentesco de 2º e 3º grau, além de amigos e cônjuges.

4.11.5

Auto-percepção da família do informante como nuclear

Ao questionarmos os informantes sobre a auto-percepção de suas famílias, 27,5% as definiram como nucleares e 81,8% dos informantes incluem suas mães, 72,7%, incluem seus irmãos, 63,6%, incluem seus pais, 36,3%, incluem seus filhos e 36,3%, incluem seus cônjuges. No perfil dos informantes, encontramos os percentuais em destaque: 54,5% dos informantes têm entre 15 e 30 anos; 72,7%

homens; 72,7% solteiros; 36,3% têm renda familiar mensal superior a R\$ 4000,00; 45,4% concluíram o ensino superior; 45,4% concluíram o ensino médio; 36,3% são moradores da zona sul; 36,3% são moradores do grande rio; 63,6% são católicos.



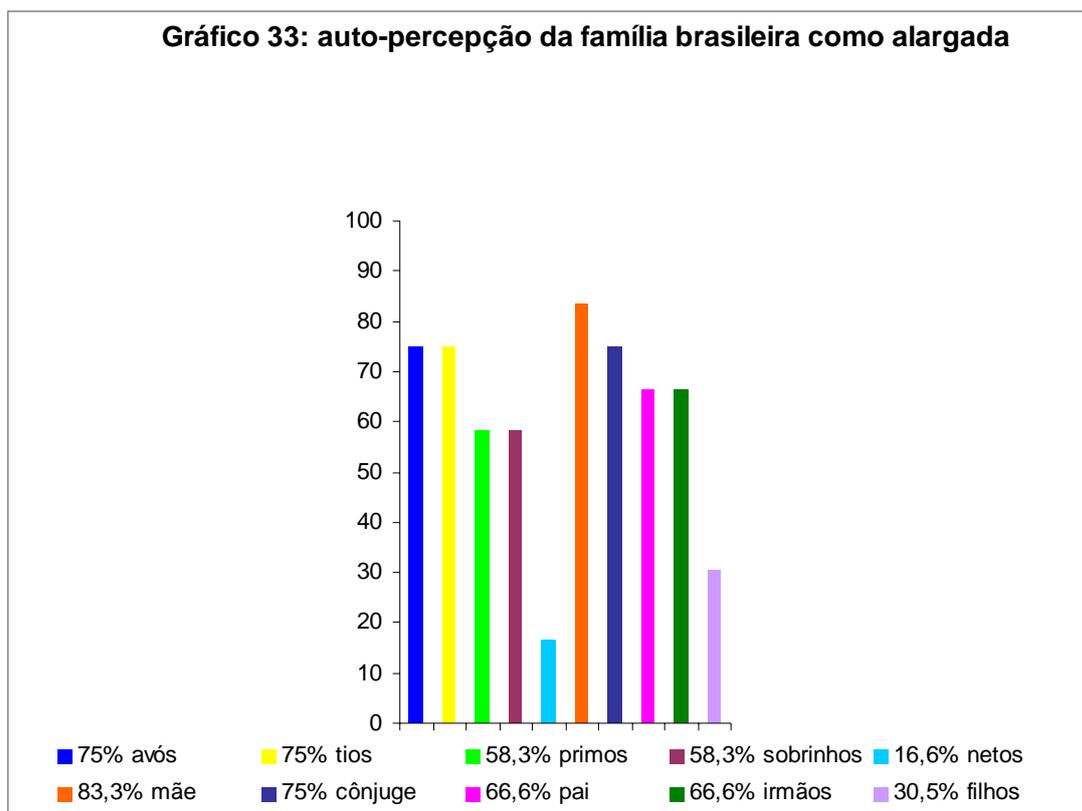
Com base nos dados encontrados, podemos concluir que há uma tendência maior para que os homens solteiros, entre 15 e 30 anos, com renda superior a R\$4000, 00, com nível de instrução maior ou igual ao ensino médio, católicos e moradores da zona sul ou do Grande Rio a terem uma visão auto-perceptiva de suas famílias as definindo como nucleares. Ressaltamos que, ao compararmos as respostas da visão heteroperceptiva e a auto-perceptiva da família brasileira, encontramos uma discrepância nos dados, pois, ao darem sua heteropercepção da família, os informantes não incluíam o cônjuge como membro da família brasileira, mas ao se reportarem às suas famílias, 36,3%, o incluíram. Ao observamos este dado, concluímos então que este fato demonstra que a heteropercepção da família brasileira a compõe basicamente de pai, mãe e filhos.

4.11.6

Auto-percepção da família do informante como alargada

Encontramos 30% do total de informantes definindo suas famílias como alargadas, o que corresponde à *família nuclear* somada a parentes consangüíneos como tios, primos, avós, netos e sobrinhos. Ressaltamos que apenas o informante 18 afirma que sua família é constituída somente por sua avó. Observamos que este grupo composto por 12 informantes compõe o segundo maior percentual do total dos dados sobre a auto-percepção da família dos informantes e apresenta as seguintes os seguintes componentes em suas respostas: 75% incluem em suas famílias seus avós, 75%, seus tios, 58,3%, seus primos, 58,3%, seus sobrinhos e 16,6%, seus netos. Com relação aos componentes da *família nuclear*, 83,3% incluem a mãe; 66,6%, o pai; 66,6%, os irmãos; 30,5%, os filhos e 75%, os cônjuges.

Gráfico 33: auto-percepção da família brasileira como alargada



Com relação ao perfil dos informantes deste grupo, temos: 58,4% dos informantes com idade entre 15 e 30 anos; 66,6% mulheres; 66,6% são solteiros; 41,6% têm renda familiar mensal entre R\$2001,00 e R\$4000,00; 50% concluíram o ensino médio; 25% são moradores da zona oeste; 25% são moradores do grande rio; 25% são moradores da zona sul; 25% são moradores da zona norte e 41,6% são católicos. É importante destacarmos que a localização da moradia dos informantes que compõem o grupo que define suas famílias como alargadas nos fez constatar que o grupo é dividido em quatro partes iguais (25%) segundo as categorias aplicadas na pesquisa. Logo, através das respostas dos informantes, podemos concluir que a auto-percepção da família como alargada ocorre em todo o Estado do Rio de Janeiro.

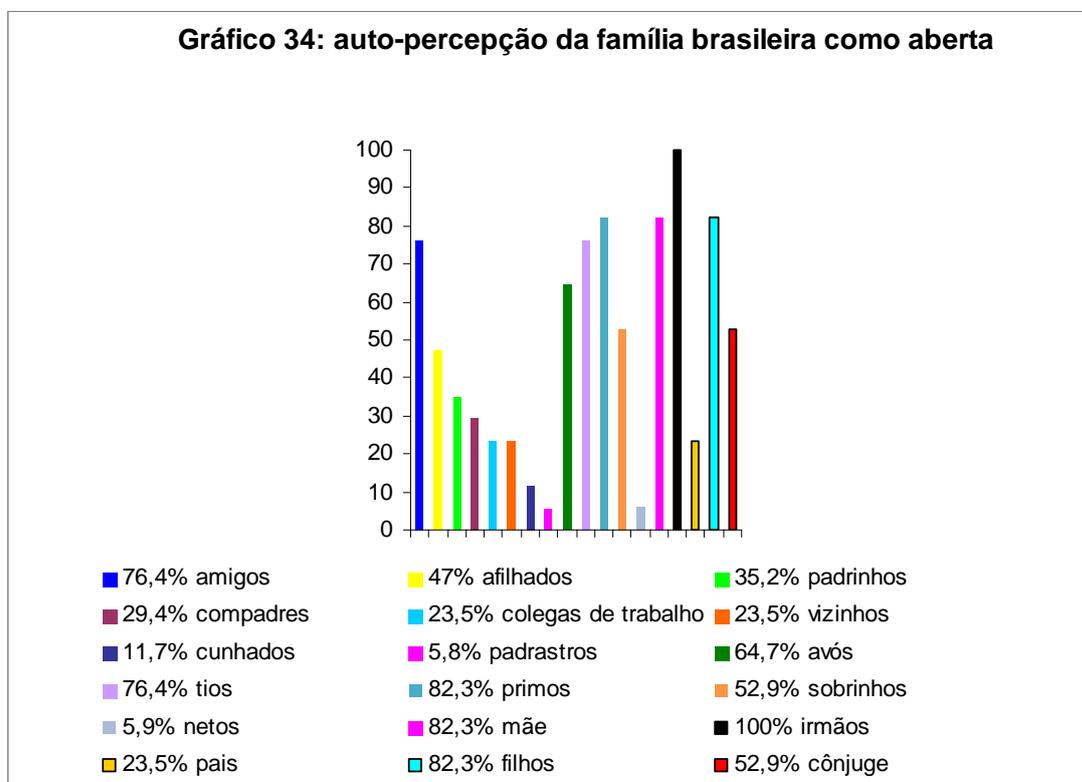
4.11.7

Auto-percepção da família do informante como aberta

Ao subdividirmos os informantes em três grupos distintos, quanto à formação de suas famílias, obtemos um dado surpreendente: 42,5% dos informantes incluem em suas famílias pessoas externas às relações consangüíneas; além disso, este grupo compõe o maior percentual do total de dados sobre a auto-percepção da família dos informantes. Porém, ao analisarmos os dados coletados, em particular os dados provenientes do gráfico 34, percebemos que a aplicação do questionário deveria ter uma questão relacionada à constituição da família, diferenciando os membros já inclusos por relações consangüíneas e aqueles que passam a constituir a família do informante através dos elos de solidariedade orgânica (Lévi-Strauss, 1973:554), ou seja, pessoas com as quais o informante não possui consangüinidade e por existir um elo de afinidade as consideram como membros de suas famílias através do parentesco espiritual (Burguière, 1986: 238).

Ressaltamos que, ao compararmos esta lacuna na elaboração da questão sobre a auto-percepção da família brasileira à coleta dos dados sobre a heteropercepção da família brasileira, não observamos a presença dessa falha quando focalizamos a visão heteroperceptiva da família brasileira, uma vez que os informantes não eram questionados sobre suas famílias e sim, sobre a imagem atribuída à família brasileira, de acordo com suas percepções. A seguir, no gráfico

34, encontramos as respostas obtidas de cada informante que define sua família como aberta.



No grupo que define sua família como aberta, 76,4% incluem amigos; 47%, afilhados; 35,2%, padrinhos; 29,4%, compadres; 23,5%, colegas de trabalho; 23,5%, vizinhos; 11,7%, cunhados e 5,8%, padrastos. Sobre a inclusão da família alargada na definição de família desses informantes, 64,7% incluem avós; 76,4%, tios; 82,3%, primos; 52,9%, sobrinhos; 5,9%, netos. Com relação aos componentes da *família nuclear* incluídos na definição da família aberta, 23,5% incluem pai; 82,3%, mãe; 100%, irmãos; 82,3%, filhos; 52,9%, cônjuges. No perfil desse grupo, encontramos: 52,9% com idade entre 15 e 30 anos; 52,9% mulheres; 76,4% solteiros; 47,1% têm renda familiar mensal entre R\$2001,00 e R\$4000,00; 70,5% concluíram o ensino médio; 41,2% são moradores da zona oeste e 41,2% são católicos.

4.11.8

Conclusão parcial sobre auto-percepção das famílias dos informantes

Ao dividirmos os dados relacionados à atribuição da auto-percepção da família dos informantes, encontramos os seguintes grupos: 42,5%, definem suas famílias como abertas; 30%, como alargadas e 27,5%, como nucleares. Nas respostas sobre a auto-percepção, observamos que o menor percentual de respostas foi a composição nuclear, assim como encontramos na análise sobre a visão heteroperceptiva da família brasileira. Com base nestes dados, podemos entender que os brasileiros têm maior propensão a perceber a família brasileira como aberta ou alargada.

4.11.9

Contraste entre as categorias de análise e a heteropercepção das famílias dos informantes

Ao contrastarmos os dados das questões sobre a heteropercepção e a auto-percepção da família brasileira e as categorias de análise, encontramos os seguintes dados: o grupo com idade entre 15 e 30 anos constitui o maior percentual, definindo a família brasileira como alargada (54,6%), o segundo maior percentual a define como aberta (31,8%) e o menor, como nuclear (13,6%). Com idade entre 31 e 50 anos, 44,5% definem a família brasileira como alargada; 38,9%, como aberta e 16,6%, como nuclear. Sobre o sexo dos informantes, 50% dos homens definem a família brasileira como alargada, enquanto 25%, a definem como nuclear e 25%, como aberta. As mulheres também apresentam a metade do percentual, definindo a família brasileira como alargada, sendo que 45%, a definem como aberta e apenas 5%, ou seja, apenas uma informante define a família brasileira como nuclear.

Sobre os solteiros, temos 44,8% definindo a família brasileira como alargada; 38%, como aberta e 17,2%, como nuclear. Com relação aos casados, encontramos grande quantidade definindo a família brasileira como alargada (63,7%); 27,3%, como aberta e apenas um informante (9%) a define como nuclear. O grupo que possui renda inferior a R\$1000,00 é dividido em 60%

definindo a família brasileira como alargada; 30%, como aberta e 10%, isto é, apenas um informante define a família brasileira como nuclear. Os informantes com a renda mensal familiar entre R\$1001,00 e R\$2000,00 apresentam as seguintes definições de família brasileira: 50% a definem como aberta; 33,3%, como alargada e 16,7%, ou seja, apenas um informante define a família brasileira como nuclear. Com a renda entre R\$2001,00 e 4000,00, 53,4% definem a família brasileira como aberta; 26,6%, como alargada e 20% como nuclear.

Observamos que os informantes com renda familiar mensal superior a R\$4000,00 se diferenciam quanto à definição de família, pois este grupo apresenta uma particularidade encontrada também na categoria relacionada ao nível de instrução de ensino superior: estas categorias apresentam o maior percentual de auto-percepção da família dos informantes como nuclear. Observamos que nenhum dos informantes que possuem esta renda familiar mensal tem a heteropercepção da família brasileira como aberta, sendo que 88,8% definem a família brasileira como alargada e apenas um informante (11,2%) a define como nuclear. Sobre a categoria do ensino fundamental, 50% definem a família brasileira como aberta; 25%, como nuclear e 25%, como alargada. Os informantes com ensino médio, que correspondem a 57,5% do total de informantes questionados, 47,8% definem a família brasileira como alargada; 43,7% como aberta e 8,5% como nuclear.

Na categoria do ensino superior, temos 32,5% do total de informantes, 61,6% definem a família brasileira como alargada; 23%, como nuclear e 15,4%, como aberta. Encontramos 70% dos moradores da zona norte definindo a família brasileira como aberta; 20%, como alargada e apenas um informante (10%), como nuclear. Já os moradores da zona sul, 50% definem a família brasileira como alargada; 30%, como aberta e 20%, como nuclear; enquanto os moradores da zona oeste, 72,8% a definem como alargada, 18,2%, aberta e 9%, nuclear. Do Grande Rio, 55,6% dos moradores definem a família brasileira como alargada; 22,2%, nuclear e 22,2%, aberta. O grupo de católicos se dividem em 53% que definem a família brasileira como alargada; 37%, como aberta e 10%, como nuclear. 46,2% dos protestantes definem a família como alargada; 38,5%, como aberta e 15,3%, como nuclear. O único cardecista define a família brasileira como nuclear. Encontramos 57,2% do grupo de informantes que não possui religião definindo a

família como alargada; 28,5%, como aberta e apenas um informante (14,3%), como nuclear.

Observamos que, entre as 22 categorias aplicadas na análise desta pesquisa, com relação à heteropercepção da família brasileira, 16 categorias (72,7%) possuem os informantes apontando a família brasileira como alargada; 22,8%, como aberta e apenas a categoria da religião cardecista (4,5%) define a família brasileira como nuclear. Com isso, podemos concluir que, entre as respostas oferecidas pelos informantes questionados, encontramos dados que nos indicam que há uma maior tendência na sociedade do Rio de Janeiro a ter uma heteropercepção da família brasileira como alargada, porém consideramos de grande relevância o segundo maior percentual apontado entre as categorias, que indica a existência de grande quantidade da população que apresenta uma visão heteroperceptiva da família brasileira como aberta, composta por pessoas sem relações consangüíneas.

4.11.10

Contraste entre as categorias de análise e a auto-percepção das famílias dos informantes

Sobre a categoria da faixa etária entre 15 e 30 anos, 40% deste grupo definem suas famílias como abertas; 31,9%, como alargadas e 27,1%, como nuclear. Sobre a faixa etária entre 31 e 50 anos, 44,4% apresentam suas famílias como abertas; 27,8%, como alargadas e 27,8%, como nucleares. Ressaltamos que, no total de informantes temos 55% com a idade entre 15 e 30 anos e 45% com idade entre 31 e 50 anos e, que apesar de termos uma pequena diferença de quantidade de informantes pertencentes às duas faixas etárias, os informantes com idade entre 31 e 50 não são encontrados em maior quantidade maior do que os informantes com idade entre 15 e 30 anos em nenhuma das três definições de famílias oferecidas, quando questionados sobre sua auto-percepção. Com relação à categoria composta pelos informantes do sexo masculino, 40% definem suas famílias como nucleares; 40%, como abertas e 20%, como alargadas.

Sobre o sexo feminino, ressaltamos que, 85% do total dos informantes não definem suas famílias como nucleares, sendo que 45% do total de mulheres definem suas famílias como abertas; 40%, como alargadas e 15%, como

nucleares. Como o questionário foi respondido por 29 informantes solteiros e 11 casados, ressaltamos que os solteiros, por serem a maioria do total de informantes (72,5%), prevalecem nas três definições de famílias, porém encontramos uma grande quantidade de solteiros definindo suas famílias como abertas (44,8%), 27,6% como nucleares e 27,6% como alargadas. Encontramos 27,2% dos casados definindo suas famílias como nucleares; 36,4%, como alargadas e 36,4%, como abertas. Com relação ao grupo que possui renda familiar mensal inferior a R\$1000,00, 40% definem suas famílias como abertas; 30%, como nucleares e 30%, como alargadas.

No grupo com renda familiar mensal entre R\$1001,00 e R\$2000,00, 50% definem suas famílias como abertas; 33,3%, como nucleares e 16,7%, como alargadas. Sobre o grupo com renda entre R\$2001,00 e R\$4000,00, correspondente a 37,5% do total de informantes, 53,4% definem suas famílias como abertas, 33,3% como alargadas e 13,3% como nucleares. Ressaltamos que os informantes com renda familiar mensal superior a R\$4000,00, que correspondem a 22,5% do total dos informantes se diferenciam das outras categorias por apresentarem o maior percentual da auto-percepção nuclear, se dividem em 44,4% que definem suas famílias como nucleares; 33,3%, como alargadas e 22,3%, como abertas. Ao dividirmos os informantes em duas faixas salariais, superior a R\$2000,00 e inferior a R\$2000,00, observamos que os informantes que têm renda inferior a R\$2000,00, que corresponde a 40% do total de informantes, 43,7% definem suas famílias como abertas, enquanto 56,3% incluem apenas pessoas com quem possuem relações consanguíneas.

Com relação ao nível de instrução dos informantes, 75% do grupo que concluiu o ensino fundamental definem suas famílias como alargadas; 25%, como nuclear e nenhum informante deste grupo define sua família como aberta. O grupo que concluiu o ensino médio se divide em: 52,2% definem suas famílias como abertas; 26%, como alargadas e 21,8%, como nucleares. Os informantes que concluíram o ensino superior apresentam as seguintes definições sobre suas famílias: 38,5% definem suas famílias como nucleares, o mesmo percentual define suas famílias como abertas e 23%, como alargadas. O grupo formado por informantes sem religião, que corresponde a 17,5% do total dos informantes, não tem informante que define sua família como nuclear e encontramos 71,5% deste grupo definindo suas famílias como abertas e 28,5%, como alargadas.

O único informante cardecista define sua família como aberta. Na categoria dos católicos encontramos 36,8% definindo sua família como nuclear; 36,8%, como aberta e 26,4%, como alargada. 38,4% dos protestantes definem suas famílias como alargadas; 30,8%, como nucleares e 30,8%, como abertas. 63,6% dos moradores da zona oeste definem suas famílias como abertas; 27,3%, como alargadas e 9,1%, como nucleares. 50% dos moradores da zona norte definem suas famílias como abertas; 30%, definem como alargadas e 20%, como nucleares. 40% dos moradores da zona sul definem suas famílias como nucleares; 30%, como alargadas e 30%, como abertas. Encontramos 44,4% dos moradores do grande rio definindo suas famílias como nucleares; 33,3%, como alargadas e 22,3%, como abertas.

4.11.11

Contraste entre a heteropercepção e a auto-percepção das famílias brasileiras

Seguindo os preceitos de Barth (1969 apud Barbosa, 1992) e Torre dos Santos (2007), buscamos detectar a auto-percepção e a heteropercepção da família brasileira a fim de encontrarmos um denominador comum que caracterize a imagem do grupo. Assim como Porto (2006:24), acreditamos que há um espaço limítrofe entre a *casa* e a *rua*, compreendido neste presente estudo como o *eu* e o *outro*, ou seja, a imagem que o informante possui de si mesmo e a imagem que ele constrói do coletivo, dos demais componentes da sociedade brasileira. Visto que não há uma demarcação muito bem definida entre as categorias que correspondem às atribuições do grupo e o que é auto-atribuído (Torre dos Santos, 2007), optamos por considerar relevante a interação entre as duas diferentes identidades atribuídas à constituição da família brasileira, pois segundo DaMatta (1993:146), devemos considerar o intermediário para encontrarmos as características peculiares à cultura brasileira.

Sendo assim, encontramos a soma entre os dados obtidos sobre a heteropercepção e a auto-percepção da família brasileira e concluímos que a sociedade brasileira apresenta as percepções divididas em: 40% famílias alargadas, 38,7% famílias abertas e 21,3% famílias nucleares. Destacamos que, ao analisarmos as categorias aplicadas no questionário, encontramos uma paridade

entre aquelas que intercalam as definições de família como aberta e alargada, porém na categoria do nível de instrução superior e da renda familiar mensal superior a R\$4000,00, temos uma grande quantidade de informantes com uma visão auto-perceptiva de família nuclear. Ao observarmos os dados conclusivos sobre as percepções dos informantes, notamos que há uma grande diferença entre a auto-percepção e a heteropercepção, o que nos mostra, assim como Torre dos Santos (2007) afirma, que a percepção do brasileiro sobre si mesmo difere da maneira como vê o coletivo, os brasileiros, ou seja, há uma grande diferença entre a maneira como percebemos a *casa* e a *rua*. Desse modo, verificamos que nossa terceira hipótese foi confirmada.